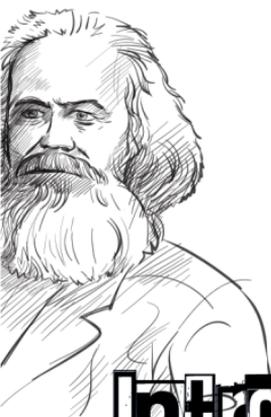


Samuel Ferreira Coelho



Introdução à Sabedoria

um pequeno guia filosófico



 Pedro & João
editores



**Introdução à
Sabedoria:
Um Pequeno Guia
Filosófico**



Pedro & João
editores

Samuel Ferreira Coelho

**Introdução à
Sabedoria:
Um Pequeno Guia
Filosófico**

Copyright © Samuel Ferreira Coelho

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Samuel Ferreira Coelho

Introdução à sabedoria: um pequeno guia filosófico. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 101p. 12 x 18 cm.

ISBN: 978-65-265-1789-5 [Impresso]

978-65-265-1790-1 [Digital]

1. Filosofia. 2. Introdução Filosófica. 3. História da Filosofia. 4. Filosofia Ocidental. I. Título.

CDD – 100

Capa: Marcos Della Porta

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Dianny Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patricia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Sumário

Nota explicativa	7
Prefácio	9
1 - Introdução	13
2 - Filosofia Antiga	15
2.1 - Pré-Socráticos: Questões sobre a natureza e a origem do ser	15
2.2 - Sócrates: A busca pela verdade	18
2.3 - Platão: Ideias, mundo das formas e a república	22
2.4 - Aristóteles: Lógica, ética e política	25
3 - Filosofia Medieval	29
3.1 - Agostinho: A relação entre fé e razão	29
3.2 - Tomás de Aquino: Síntese entre filosofia aristotélica e teologia cristã	33
4 - Filosofia Moderna	39
4.1 - René Descartes: Cogito, a dúvida metódica e o dualismo	39
4.2 - Os Fundamentos do Empirismo: Locke e Hume	45
4.3 - John Locke: Fundamentos do Empirismo	45
4.4 - David Hume: Crítica ao Empirismo	47

4.5 - Kant: A revolução Copernicana, a síntese entre racionalismo e empirismo e o esclarecimento filosófico da metafísica	51
4.6 - Hegel e a Dialética do Espírito	56
4.7 - Karl Marx e a crítica da sociedade capitalista	66
5 - Filosofia Contemporânea	73
5.1 - Friedrich Nietzsche: A Morte de Deus e a Crítica à Moralidade.	73
5.2 - Martin Heidegger: Ser e Tempo e a Questão do Ser	80
5.3 - Existencialismo: Sartre, Camus e a Busca de Sentido	85
5.4 - Jean-Paul Sartre: Liberdade e Responsabilidade	86
5.5 - Camus: O Absurdista	89
Conclusão	95
Bibliografia	99

Nota explicativa

Este pequeno trabalho consiste em um guia introdutório à filosofia, buscando apresentar, de maneira clara e acessível, alguns dos principais filósofos e suas ideias fundamentais. A obra pretende fornecer uma visão panorâmica da trajetória da filosofia, passando por momentos e pensadores essenciais, desde os Pré-Socráticos, que inauguraram a reflexão racional sobre o mundo, até os grandes expoentes da Filosofia Contemporânea, como Nietzsche, Heidegger, Sartre e Camus.

O propósito deste guia não é esgotar os temas filosóficos, mas despertar no leitor o interesse pela investigação filosófica, introduzindo conceitos fundamentais e incentivando a continuidade do estudo por meio de leituras mais aprofundadas. A estrutura apresentada segue a linearidade histórica do pensamento, permitindo que o leitor compreenda como as ideias filosóficas evoluíram e dialogaram ao longo do tempo.

Convidamos o leitor a embarcar nesta breve viagem filosófica, não apenas para conhecer os pensadores e suas teorias, mas para pensar filosoficamente, questionando, refletindo e buscando sentido na experiência do mundo. Que este guia seja

um ponto de partida para uma jornada mais ampla na filosofia, marcada pela curiosidade e pela paixão pelo saber.

Samuel Ferreira Coelho
Itapuranga, outubro de 2024.

Prefácio

Introdução à Sabedoria: Um Pequeno Guia Filosófico é uma obra que nos proporciona experienciar a construção do saber. Uma escritura didática com robustez teórica, dividida em quatro capítulos, Samuel Ferreira Coelho, leva-nos para um passeio da história do saber construído pela filosofia ocidental. Ao leitor, prepare-se para uma importante viagem do conhecimento como um lampejo naquele momento de perigo, como nos ensinou Walter Benjamim (1994).

De um pequeno guia de Filosofia, como sugerido no título, tenho a certeza de que muitos vão se surpreender com a construção da narrativa e a capacidade de fazer a síntese do processo histórico da Filosofia. Aliás, seja importante ressaltar que fazer de um pequeno compendio um manual de filosofia que possa ser acessível e compreensível a quem interessar. A sabedoria que Samuel Ferreira Coelho descreve é um exercício do pensar crítico que busca fazer do conhecimento a capacidade de ser mais humano.

Na introdução da obra somos convidados em perceber que os humanos necessitam fazer um processo de se conhecer a si mesmo, bem como, dar conta de duvidar das certezas existentes. Deixa

evidente que “Os filósofos que encontrarás nas linhas que se seguem, foram, todos, tomados por severas dúvidas e angústias”, enfim, a sabedoria que se reinventa com a Filosofia.

Nas outras quatro partes do livro vamos encontrar um passeio histórico na construção do saber filosófico. Importante salientar que, Samuel Ferreira Coelho, faz uma exposição do nascedouro da Filosofia Antiga, revisitando a Filosofia Medieval, nos inserindo na Filosofia Moderna e nos introduzindo na Filosofia Contemporânea. Nada de uma construção linear e que parece ser uma certeza.

Descobrimos que, a sabedoria, enquanto construção dos humanos na Filosofia, não é uma sequência lógica do conhecimento. Todo esse processo se fez com muita contradição, reconhecimento dos diferentes e das diferenças para se constituir como saber filosófico em meio a sociedade ocidental.

A leitura da Introdução à Sabedoria: Um Pequeno Guia Filosófico é um importante material que deve ser disponibilizado às unidades escolares, círculos de estudos, repartições públicas, privadas e pias, bem como, do público em geral. Tudo no sentido de fazer uma importante introdução do saber filosófico ocidental e, quem sabe, os humanos consigam conviver com os diferentes em um importante processo de construção do conhecimento.

Que sejamos experienciados nos filósofos estudados na obra em questão e consigamos saber que a busca do conhecimento é uma importante essência

dos humanos para se libertar das amarras e da ignorância que ainda vivemos em nossa contemporaneidade, tal como descreveu Platão na “Alegoria da Caverna”, no século IV a. C. Samuel Ferreira Coelho nos ajuda compreender o sentido destas escrituras: “em um mundo em constante mudança, as questões existenciais permanecem relevantes, incentivando-nos a examinar nossas próprias vidas, escolhas e a busca de significado em um universo muitas vezes indiferente”. Vamos pensar!

Prof. Dr. Valtuir Moreira da Silva (UEG)
Itapuranga, outubro de 2024.

1 - Introdução

A filosofia se apresenta, muitas vezes, aos olhos dos desconhecidos, como uma forma abstrata demais para ser realmente “levada a sério”. Ou melhor, quando dizem que os filósofos “vivem no mundo da lua”, querem na verdade dizer que eles não conhecem o “mundo material”, ou seja, o “dia a dia”, a “realidade nua e crua”. Todavia, um olhar mais atento à filosofia não somente nos mostrará que os filósofos estão preocupados com a realidade material, como também estão inseridos nas mais diversas vivências e prontos a transformá-las.

A linearidade histórica da filosofia apresenta diversos pensadores em cenários extremamente distintos. O diferencial de cada filósofo está no seu objeto de relação para com a realidade, seja Sócrates nas ruas de Atenas discutindo acerca da verdade, das virtudes e da justiça, até Descartes sentado à beira da lareira da sala de sua casa duvidando de sua própria existência. Ambos os exemplos em distintos cenários, épocas, realidades, com diferentes objetos e métodos de pensamento, porém ambos exercendo filosofia. Não é como se a filosofia se limitasse a grandes argumentações com um linguajar extremamente complexo e inacessível, mas mostra-se que ela pode

ser exercida (e é exercida), através do pensamento, posteriormente que estes pensamentos serão discutidos e na melhor das hipóteses, escritos.

O próprio Sócrates nada escreveu, tudo que temos registro fora transcrito por seu discípulo Platão, o filosofar não se consiste em que quantidades absurdas de livros, artigos, revistas e podcasts que o indivíduo é capaz de consumir ou produzir em seu mês, semana ou dia, mas da maneira que o ser humano lida com a vida prática através da racionalização, da maneira que lida com a sua perspectiva ideológica e política através da estruturação do pensamento, da maneira que deposita fé em suas crenças, não de maneira cega e ignorante, mas de maneira clara e racional.

Filosofar é um sentir-se acossado pela existência a todo momento, é “colocar em xeque” as nossas maiores certezas e nos preparamos para ver um mundo todo ser abalado. Sei que para isto requer coragem. Os filósofos que encontrarás nas linhas que se seguem, foram, todos, tomados por severas dúvidas e angústias, mas produziram de maneira árdua obras que se estendem pelos séculos e que chegarão a abranger diversos países, povos e culturas. Nisto a filosofia se engendra, se reinventa, se revigora e refloresce!

2 - Filosofia Antiga

A filosofia antiga é um período fundamental que lançou as bases do pensamento ocidental. Suas reflexões abordam questões sobre a natureza do universo, a moralidade, a política e a busca pela verdade. A riqueza e a profundidade dessas ideias são um testemunho do espírito crítico e investigativo dos pensadores que vieram antes de nós. Nela se inicia o fervor filosófico, colocando, nesse caráter investigativo, dúvidas essenciais acerca de vários assuntos aos quais, até os dias atuais, debatemos.

2.1 - Pré-Socráticos: Questões sobre a natureza e a origem do ser

Tudo provém do Um e o Um provém do Todo

Os filósofos pré-socráticos, que floresceram antes de Sócrates, foram os primeiros a se debruçar sobre a natureza do cosmos, a origem do ser e a substância primordial que compõe o mundo. Eles buscavam explicações racionais para fenômenos que antes eram atribuídos aos caprichos dos deuses. Entre eles, destacam-se figuras como Tales de Mileto,

Anaximandro, Heráclito e Parmênides. Os filósofos pré-socráticos eram chamados de “filósofos da natureza”, pois através da observação da *physis*, chegavam a inúmeros questionamentos acerca da mesma.

Tales de Mileto, considerado o "pai da filosofia", propôs que a água era a substância primordial de todas as coisas, enfatizando a ideia de que a realidade poderia ser explicada através de elementos naturais. **Anaximandro**, por sua vez, introduziu o conceito de "apeiron", o indefinido, como a origem de tudo, sugerindo que a realidade não poderia ser reduzida a um único elemento.

Para a história da filosofia, a importância de Tales advém sobretudo de ter afirmado que a água era a origem de todas as coisas. A água seria a *physis*, que, no vocabulário da época, abrangia tanto a acepção de "fonte originária" quanto a de "processo de surgimento e de desenvolvimento", correspondendo perfeitamente a "gênese". Segundo a interpretação que dará Aristóteles séculos mais tarde, teria tido início com Tales a explicação do universo através da "causa material". (CAVALCANTE, 1996, p. 19)

A busca caracterizada pela dúvida da origem é o que instiga estes filósofos a realizarem seus questionamentos. Que terá levado o homem a produzir filosofia? Afinal, é mais que notório que as condições da vida humana servem de confronto para “colocar em xeque” as certezas que carregamos. As certezas são bases fixas que nos dão alicerce à maneira que vemos o mundo. Mas, e quando tudo isso se

desfaz? E quando a certeza é mais dúvida que certeza? Bom, o filósofo **Héracrito** desafia as bases fixas de nosso movimento quando denota a fluidez da existência.

Heráclito desafiou a noção de estabilidade, afirmando que "tudo flui" e que a mudança é a única constante no universo, diz o nosso pensador:

Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois outras águas afluem sobre si (...) O barulho do rio é o barulho da tua resistência ao rio. Tudo deve fluir, ainda que fiquem as águas muitas vezes estagnadas.

Em contraste, **Parmênides** sustenta que a mudança é uma ilusão e que a verdadeira essência do ser é *imutável* e *eterna*. Essa dicotomia entre mudança e permanência seria um tema recorrente na filosofia ocidental. As divergências marcam o percorrer da história da filosofia, afinal, o interesse da filosofia não são as conclusões, mas as contradições. Defende pois Parmênides que:

Pois, sem o que é – ao qual está prometido –, não acharás o pensar. Pois não é e não será outra coisa além do que é, visto o Destino o ter amarrado para ser inteiro e imóvel.

Esses primeiros pensadores lançaram as bases para questões fundamentais sobre a natureza, a realidade e o ser, que continuariam a ser exploradas por gerações seguintes. O desaguar no oceano filosófico vem em fortes ondas, capazes de estremecer

a segurança que temos de uma crença, uma lenda, um mito. Vale ressaltar que estes filósofos se opunham a formas mitológicas de explicações acerca da origem de tudo, firmando seus pés, ou melhor, as suas ideias, completamente na razão.

2.2 - Sócrates: A busca pela verdade

Uma vida não examinada não vale ser vivida

Sócrates, um dos filósofos mais influentes da história, nasceu em Atenas por volta de 470 a.C. e é frequentemente considerado o pai da filosofia **ocidental**. Sua vida e ensinamentos foram registrados principalmente por seus discípulos, entre os quais Platão, um de seus alunos de destaque, afinal o próprio Sócrates não deixou obras escritas. Sócrates não era um filósofo no sentido convencional, pois não se dedicava a formular teorias abrangentes sobre o mundo; em vez disso, ele se preocupava com questões éticas e morais, buscando compreender a essência do ser humano e a natureza do bem. O maior dos males é a ignorância; ignorar, isso é não saber o que é bom de verdade. O que distinguia, na verdade, a atividade de Sócrates era o seu desejo de não ensinar os homens. Em vez disso, parecia querer ele mesmo aprender com o seu interlocutor. Assim, não ensinava como um vulgar professor de escola, ou como alguém preso em suas convicções, mas dialogava. Portanto não se teria tornado um filósofo famoso se apenas tivesse escutado

os seus interlocutores. Também não teria sido condenado à morte. E, principalmente no início, apenas punha questões. Alegava, humildemente, nada saber.

Uma das características mais notáveis de Sócrates é sua metodologia dialética, frequentemente chamada de *método socrático*. Esse método envolve uma série de perguntas e respostas que visam estimular o pensamento crítico e expor contradições nas crenças dos interlocutores. Em vez de simplesmente transmitir conhecimento, Sócrates incentivava seus alunos a examinar suas próprias opiniões e a buscar a verdade através da reflexão e do questionamento. Essa abordagem não só desafiava a superficialidade das crenças comuns, mas também buscava um entendimento mais profundo e fundamentado da virtude. Afinal, uma vida não questionada vale mesmo ser vivida? É difícil aprender algo quem já acredita conhecê-lo. Ainda mais difícil é aprender algo quem nada acredita ser possível saber.

Sócrates acreditava que o conhecimento era fundamental para a virtude e que "ninguém faz o mal voluntariamente". Para ele, o vício era resultado da ignorância; se uma pessoa realmente conhecesse o que era o bem, ela agiria de acordo com essa compreensão. Portanto, sua filosofia estava profundamente enraizada na ética, e ele frequentemente afirmava que o objetivo da vida humana era a busca do bem e a melhoria moral.

Outra ideia central na filosofia socrática é o conceito de "autoconhecimento". Sócrates enfatizava a importância de conhecer a si mesmo como um passo fundamental para a sabedoria. Essa busca por autoconhecimento leva ao questionamento das próprias crenças e valores, desafiando o indivíduo a refletir sobre suas ações e motivações. A famosa máxima "Conhece-te a ti mesmo" é frequentemente associada a Sócrates e resume sua abordagem filosófica: a introspecção e o reconhecimento das próprias limitações são cruciais para o desenvolvimento moral. Sócrates descobriu que as falsas crenças sobre nós mesmos e o mundo que nos cerca nos levam a agir equivocadamente e a desejar coisas que não nos são necessárias e nos fazem mal. Somente através de um exercício constante de crítica e de autocritica podemos progredir rumo à construção de uma sabedoria de caráter humano e provisório.

Sócrates também defendia a ideia de que o bem e a justiça eram universais e não estavam sujeitos a interpretações culturais ou individuais. Para ele, havia uma verdade objetiva que poderia ser descoberta através do diálogo e da razão. Isso o colocava em conflito com os sofistas, que acreditavam que a verdade era relativa e que a retórica era mais importante do que a busca pela verdade. O embate entre Sócrates e os sofistas destaca a tensão entre diferentes abordagens filosóficas na Atenas do século V a.C. A categoria dos sofistas dominavam a arte da retórica e, por muito, se faziam valer detentores de

todo conhecimento, cobrando pelo tal saber e disseminando suas práticas.

A vida de Sócrates culminou em um julgamento e condenação à morte em 399 a.C. Ele foi acusado de corromper a juventude de Atenas e de introduzir novos deuses. Durante o julgamento, Sócrates se manteve fiel às suas crenças, desafiando os acusadores e defendendo a importância de viver de acordo com a verdade e a virtude, mesmo diante da morte. Sua morte, registrada por Platão em obras como "Apologia de Sócrates" e "Fédon", tornou-se um símbolo de sua filosofia: a ideia de que é melhor sofrer injustamente do que cometer uma injustiça. Através de sua aceitação da morte, Sócrates demonstrou sua crença na imortalidade da alma e na primazia da verdade sobre a vida material.

Sócrates não apenas moldou o pensamento filosófico de sua época, mas também lançou as bases para a filosofia futura, inspirando gerações de pensadores a questionar, refletir e buscar a verdade. Sua abordagem ao conhecimento e à moralidade continua a ser uma referência importante para aqueles que buscam compreender a condição humana e a complexidade da vida ética.

2.3 - Platão: Ideias, mundo das formas e a república

Tente mover o mundo, mas comece movendo a si mesmo.

Platão, nascido em Atenas por volta de 427 a.C., é também uma figura central na história da filosofia ocidental e da filosofia antiga, um dos discípulos **mais proeminentes** de Sócrates. Seu pensamento abrange uma gama impressionante de temas, como ética, política, epistemologia, metafísica e estética. Ele não apenas preservou os ensinamentos de Sócrates, mas também desenvolveu suas próprias ideias, moldando o curso da filosofia por séculos.

Uma das contribuições mais marcantes de Platão é a teoria das ideias ou formas. Para ele, o mundo que percebemos com os sentidos é apenas uma sombra da verdadeira realidade, que consiste em ideias imutáveis e eternas. Ao contemplar a ideia de "beleza", por exemplo, Platão argumentava que essa forma ideal é mais real do que qualquer objeto belo que encontramos no mundo físico. Essa distinção entre o mundo sensível e o mundo das ideias é fundamental em sua filosofia, levando a uma reflexão profunda sobre o que é verdadeiramente real.

A alegoria da caverna, talvez a passagem mais famosa de sua obra "A República", ilustra bem essa ideia. Platão descreve prisioneiros acorrentados em uma caverna, onde só conseguem ver sombras

projetadas na parede. Essas sombras representam a realidade percebida através dos sentidos, enquanto o mundo fora da caverna, iluminado pela luz do sol, simboliza a verdadeira compreensão das ideias. Essa alegoria nos convida a refletir sobre a importância do conhecimento filosófico, que nos ajuda a escapar das ilusões e a alcançar uma compreensão mais profunda da realidade.

Quando se trata de conhecimento, ou em termos filosóficos, de epistemologia, Platão tinha uma visão singular: ele acreditava que aprender era, na verdade, recordar. Em "Mênon", ele sugere que o verdadeiro conhecimento está inerente à alma, que já conhecia as verdades universais antes de encarnar. Essa perspectiva transforma o papel da educação, que deve ser um caminho para despertar essa sabedoria interna em vez de simplesmente transmitir informações, de produzir virtudes.

O ideal do saber, para Platão, não se resume ao conhecimento sobre a realidade, sobre o mundo e os homens. Vai além, e se apresenta como disposição humana para uma vida virtuosa e feliz, para aquele que bem sabe conduzir sua vida (ROUGUE, 2005).

Na esfera ética, Platão se preocupa com a busca do bem supremo. Em "A República", ele argumenta que a justiça é uma virtude fundamental, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Para ele, a justiça ocorre quando as diferentes partes da alma – a racional, a irracional e a desejosa – estão em harmonia, com a

razão governando as demais. Essa concepção de justiça se entrelaça com sua visão política, onde defende a ideia de que a sociedade ideal deve ser governada por filósofos-reis, aqueles que realmente compreendem o bem e têm a sabedoria necessária para liderar.

A política é um aspecto central do pensamento platônico. Em "A República", ele propõe uma visão de estado ideal, onde a justiça e o bem comum são os princípios norteadores. Platão critica a democracia de sua época, alertando para o perigo de uma liderança inculta que poderia levar a um governo tirânico. A relação entre filosofia e política, para ele, é essencial, pois somente aqueles que conhecem as verdades do bem podem realmente liderar a sociedade.

Além de suas ideias sobre metafísica e ética, Platão também aborda a estética. Embora reconhecesse o valor da arte, ele a via como algo potencialmente enganoso, pois os artistas criam representações do mundo sensível, distantes das verdades das ideias. Em "A República", ele até sugere que a poesia deve ser censurada em uma sociedade justa, pois pode desviar as pessoas da busca pelo conhecimento e da verdade.

Platão também se aventurou em questões matemáticas e científicas, demonstrando interesse por uma abordagem racional e sistemática ao conhecimento. Ele considerava a matemática uma ferramenta poderosa para compreender as verdades universais e via nesse campo uma forma de conhecimento que se aproxima das ideias, reforçando

a importância do raciocínio lógico. A obra de Platão é vasta, diversa e rica, abrangendo diálogos como "O Banquete", onde discute o amor e a beleza, e "Fédon", que explora a imortalidade da alma.

Platão faleceu por volta de 347 a.C., mas seu impacto na filosofia e na cultura ocidental é inegável. Suas ideias continuam a ecoar através do tempo, passa a confrontar e a questionar nossas próprias crenças e nos incentiva a buscar um entendimento mais profundo do mundo ao nosso redor. Ele nos ensina que a vida não se resume ao que vemos à nossa frente, mas que a busca pelo conhecimento e pela verdade é uma jornada fundamental que enriquece nossa experiência humana. Assim, sua obra se torna um guia para a reflexão e a autodescoberta, mostrando que a filosofia é, em última análise, uma busca pela verdade que transforma não apenas nossas ideias, mas também nossas vidas e nossa realidade.

2.4 - Aristóteles: Lógica, ética e política

O ignorante afirma, o sábio duvida, o sensato reflete

Aristóteles, nascido em Estagira, na Macedônia, por volta de 384 a.C., foi aluno de Platão na Academia de Atenas, ele desenvolveu suas próprias ideias e se tornou uma figura central em diversas disciplinas, incluindo lógica, metafísica, ética, política, biologia e

estética. Sua abordagem abrangente e sistemática ao conhecimento moldou o pensamento ocidental e continua a ser estudada e debatida até hoje.

Uma das principais contribuições de Aristóteles é a lógica, que ele sistematizou em uma obra chamada "Órganon". Ele introduziu o silogismo, uma forma de raciocínio dedutivo que permite chegar a conclusões a partir de premissas gerais. Esse método lógico revolucionou a forma como se pensava sobre a argumentação e o raciocínio. Aristóteles acreditava que a lógica era essencial para o conhecimento, pois ajudava a organizar e estruturar o pensamento, tornando-o claro e coerente.

Na metafísica, Aristóteles abordou a natureza da realidade de uma maneira prática e observacional. Para Aristóteles, a metafísica é o estudo do "ser enquanto ser", ou seja, a investigação sobre a essência das coisas e as causas primeiras da realidade, aquilo que existe "para além do físico". Ela busca compreender o que existe de modo mais fundamental, indo além da aparência sensível e examinando princípios como a substância, a essência e o movimento. Aristóteles também a chamou de "filosofia primeira", pois lida com aquilo que é necessário para explicar toda a existência. Ele rejeitou a teoria das ideias de seu mestre Platão, argumentando que as formas não existem separadamente das coisas. Para Aristóteles, cada objeto tem uma essência, uma natureza que o define, e essa essência é inseparável de sua existência. Ele

introduziu conceitos como "ato" e "potência", que descrevem o estado atual e o potencial de um objeto. Essa abordagem enfatiza a importância do estudo do mundo concreto, ao invés de se perder em abstrações.

Quando se trata de ética, Aristóteles apresenta uma visão que contrasta com a de Platão. Em sua obra "Ética a Nicômaco", ele argumenta que a felicidade (ou "eudaimonia") é o objetivo supremo da vida humana. Para ele, a felicidade não é um estado emocional passageiro, mas uma atividade que se realiza ao longo da vida, através da prática da virtude. Aristóteles classifica as virtudes em duas categorias: as virtudes morais, que são adquiridas através do hábito, e as virtudes intelectuais, que são desenvolvidas através do ensino e da reflexão. Ele acredita que a virtude é um meio termo entre extremos, enfatizando a ideia de que devemos buscar o equilíbrio em nossas ações e emoções.

Aristóteles também fez contribuições significativas à política. Em "Política", ele analisa diferentes sistemas de governo e propõe que a melhor forma de governo é a que busca o bem comum e promove a participação dos cidadãos. Ele classifica as formas de governo em três categorias: monarquia, aristocracia e política, cada uma delas com suas versões corrompidas (tirania, oligarquia e democracia). Aristóteles acreditava que o homem é um "animal político", destinado a viver em sociedade, e que a vida política deve ser orientada para a promoção da virtude e da justiça.

Na estética, Aristóteles escreveu "Poética", onde analisa a tragédia e a poesia. Ele acredita que a arte deve imitar a vida, mas com um enfoque em transmitir verdades universais. Para ele, a tragédia tem um poder catártico, capaz de provocar emoções e levar à purificação emocional do espectador. Essa ideia de catarse influenciou profundamente a teoria estética ao longo dos séculos, ressaltando a importância da arte na experiência humana.

Na ciência, Aristóteles foi um observador rigoroso e um catalogador. Ele realizou extensas investigações em biologia, zoologia e física, coletando dados e classificando organismos com base em suas características. Sua metodologia empírica, que enfatizava a observação e a experiência, estabeleceu as bases para o desenvolvimento do método científico, que só se tornaria formalizado muitos séculos depois.

A influência de Aristóteles é vasta e se estende por muitas áreas do conhecimento. Suas obras foram estudadas e comentadas ao longo da história, desde a Antiguidade até a Idade Média e o Renascimento. Filósofos, cientistas e teólogos recorreram a seus escritos para compreender o mundo e a condição humana.

Aristóteles morreu em 322 a.C., mas suas ideias sobre ética, política, lógica e ciência continuam a ser relevantes nas discussões contemporâneas, e sua abordagem metodológica, que combina a observação e a razão, ainda é uma referência importante em diversas disciplinas.

3 - Filosofia Medieval

A filosofia medieval é um período que se estende aproximadamente do século V ao século XIV e é marcado pela tentativa de conciliar a fé religiosa com a razão filosófica. Este período é profundamente influenciado pela tradição cristã, que busca respostas para questões existenciais e a natureza de Deus, além de explorar a relação entre fé e razão. Os dois pensadores mais proeminentes deste período são Santo Agostinho e Tomás de Aquino, cujas obras e ideias moldaram a filosofia ocidental e, principalmente, o pensamento teológico.

3.1 - Agostinho: A relação entre fé e razão

Se não podes entender, crê para que entendas. A fé precede, o intelecto segue.

Agostinho de Hipona, um dos mais importantes filósofos e teólogos do cristianismo primitivo, nasceu em 354 d.C. na cidade de Tagaste, na atual Argélia. Sua vida e obra refletem uma profunda busca por verdade e significado, que o levou a uma jornada intelectual que permeou suas reflexões sobre a relação entre fé e

razão. Ele é frequentemente considerado um dos fundadores da teologia cristã ocidental, e sua influência se estende através dos séculos, moldando o pensamento medieval e o desenvolvimento da filosofia ocidental.

A busca pela verdade de Agostinho começou na juventude, marcada por uma vida de prazer e busca de satisfação material. Sua trajetória o levou a estudar filosofia e retórica em Cartago, onde se familiarizou com o pensamento platônico e as ideias maniqueístas. Entretanto, foi sua conversão ao cristianismo, em 386, que transformou profundamente sua compreensão da fé e da razão. Em sua obra mais famosa, "Confissões", ele narra sua luta interna e a experiência mística que o levou a aceitar a fé cristã, reconhecendo a incapacidade das verdades mundanas de satisfazer seu anseio espiritual.

A relação entre fé e razão em Agostinho é complexa e multifacetada. Ele acreditava que a razão é uma ferramenta essencial na busca pela verdade, mas que, sem a iluminação da fé, ela é insuficiente para alcançar o conhecimento pleno de Deus. Para Agostinho, a razão pode levar à verdade, mas a fé é necessária para entender e aceitar verdades que transcendem a capacidade humana de compreensão. Esse ponto de vista é especialmente evidente em sua reflexão sobre a natureza de Deus, a criação e a moralidade.

Por que, pergunto, Senhor meu Deus? De alguma maneira vejo, mas não sei como enunciá-lo, senão que tudo que começa a existir e acaba de existir, começa e acaba de existir quando é conhecido na razão eterna (onde nada começa nem acaba) que deve começar ou acabar. Esta é tua palavra, que é também princípio, pois também fala conosco. Assim, no Evangelho ela disse pela carne, e isso soou de fora nos ouvidos dos homens, a fim de que nela se acreditasse, e fosse procurada dentro e encontrada na verdade eterna, onde o mestre bom e único ensina todos os discípulos. (HIPONA, 2015, p 17)

Agostinho argumentava que, para conhecer a verdade de Deus, a razão deve ser guiada pela fé. Em suas obras, ele frequentemente invocava a ideia de que a fé precede a razão. Essa posição é expressa em sua famosa citação: "Creio para entender." Para Agostinho, a fé fornece o contexto e a motivação para a busca da verdade, enquanto a razão permite que essa busca seja feita de maneira crítica e reflexiva. Ele acreditava que, embora a razão possa levar à compreensão de certas verdades, como a existência de um ser supremo, é a fé que possibilita uma relação pessoal com Deus.

Agostinho também abordou a questão do conhecimento e da verdade em relação à moralidade. Ele argumentava que a razão humana, quando separada da fé, pode ser suscetível a erros e enganos. As paixões e desejos humanos podem distorcer a razão, levando a escolhas morais equivocadas. A fé, por outro lado, oferece uma base sólida para a moralidade, pois é ancorada em um Deus que é a própria fonte do bem. Assim, a moralidade cristã,

fundamentada na revelação divina, se torna uma orientação fundamental para a ação ética.

Em "A Cidade de Deus", Agostinho contrapõe a cidade celestial, governada pela fé e pelo amor a Deus, à cidade terrena, que é caracterizada pela razão e pelo amor próprio. Essa dicotomia ressalta sua crença de que a fé deve guiar a razão, especialmente em questões éticas e políticas. Agostinho sustentava que, enquanto as sociedades humanas podem buscar a ordem e a justiça por meio da razão, é a fé que proporciona a verdadeira justiça, que se fundamenta na vontade de Deus. A relação entre fé e razão, para ele, é como uma dança: a fé inspira a razão a buscar a verdade, enquanto a razão ajuda a clarificar e a aprofundar a compreensão da fé.

A influência de Agostinho na filosofia e na teologia ocidental é inegável. Suas reflexões sobre a relação entre fé e razão foram cruciais para a formação da teologia cristã medieval, especialmente na obra de pensadores como Tomás de Aquino, que mais tarde buscou integrar as ideias aristotélicas com a doutrina cristã. A ideia de que a fé e a razão podem coexistir harmoniosamente continua a ser um tema relevante no pensamento contemporâneo, especialmente nas discussões sobre a relação entre ciência e religião.

A vida e o pensamento de Agostinho demonstram que a busca pela verdade é uma jornada pessoal e comunitária, que envolve tanto a razão quanto a fé. Ele nos convida a refletir sobre nossas crenças e a considerar como a fé pode iluminar nossas

experiências e compreensões do mundo. Para Agostinho, a fé não é uma negação da razão, mas uma sua extensão, permitindo uma busca mais profunda e significativa pelo conhecimento e pela verdade. Sua obra continua a inspirar aqueles que se dedicam à reflexão filosófica e teológica, ressaltando a importância de integrar a fé e a razão em uma visão coerente e abrangente da vida.

3.2 - Tomás de Aquino: Síntese entre filosofia aristotélica e teologia cristã

O fim último do universo é o bem do entendimento, que é a verdade

Tomás de Aquino, nascido em 1225 em Roccasecca, na Itália, é uma figura central na filosofia e teologia ocidentais, amplamente reconhecido por suas tentativas de integrar a filosofia aristotélica com a teologia cristã. Como membro da Ordem dos Pregadores, os dominicanos, Aquino se dedicou ao estudo e à disseminação do conhecimento, produzindo obras que não só transformaram a teologia medieval, mas também moldaram o pensamento filosófico que perdura até os dias atuais. Sua obra mais famosa, "Summa Theologica", é um monumento à síntese de fé e razão, e reflete seu esforço em conciliar as verdades reveladas da fé cristã com a sabedoria da filosofia grega.

m dos principais desafios que Tomás de Aquino enfrentou foi a crescente influência do pensamento aristotélico no mundo cristão. Após a redescoberta das obras de Aristóteles no Ocidente, muitos intelectuais se depararam com a necessidade de reconciliar a lógica e as teorias filosóficas do estagirita com a fé cristã. Tomás, em vez de rejeitar a filosofia aristotélica, optou por abraçá-la, reconhecendo sua riqueza e relevância para a compreensão das verdades cristãs. No início da Suma Teológica São Tomás diz que:

“Há dois gêneros de ciências. Um partem de princípios conhecidos à luz natural do intelecto, como a aritmética, a geometria e semelhantes. Outras de princípios conhecidos mediante uma ciência superior, com a perspectiva, de princípios explicados na geometria, e a música, de princípios aritméticos. E deste modo é ciência a doutrina sagrada (isto é, a teologia), pois deriva de princípios conhecidos à luz de uma ciência superior, a saber: a de Deus e dos Santos”

Aquino desenvolveu sua filosofia em torno da ideia de que tanto a razão quanto a revelação são fontes de conhecimento que não podem se contradizer, pois ambas vêm de Deus. Para ele, a razão humana pode levar à verdade, mas a revelação divina, por meio das Escrituras e da tradição cristã, oferece um conhecimento mais profundo e completo sobre Deus e a moralidade. Essa visão é um dos pilares de sua obra, onde ele busca demonstrar que a filosofia e a teologia não são opostas, mas complementares. E

assim Tomás continua sua narrativa na Suma Teológica:

“A razão pode iniciar a afirmação da existência de um único Deus, mas somente a fé, como acolhedora da revelação divina, é capaz de alcançar o mistério do amor de Deus uno e trino”.

Em sua "Summa Theologica", Tomás aborda diversas questões teológicas, utilizando a lógica aristotélica para fundamentar suas argumentações. Ele divide sua obra em três partes principais: a primeira aborda a natureza de Deus, a segunda trata da moral e das virtudes, e a terceira foca na pessoa de Cristo e nos sacramentos. Esse arranjo não só reflete uma estrutura lógica e sistemática, mas também enfatiza a unidade do conhecimento: a filosofia é uma preparação para a teologia.

Um dos conceitos centrais na filosofia de Aquino é a ideia de "causas". Ele utiliza a estrutura aristotélica das quatro causas – causa material, causa formal, causa eficiente e causa final – para explicar a criação e a natureza de Deus. Em suas argumentações, Tomás busca demonstrar a existência de Deus, usando o que ficou conhecido como as "Cinco Vias", que são cinco argumentos racionais que apontam para a existência de um ser supremo. Por exemplo, a via do movimento argumenta que, assim como objetos em movimento precisam de algo que os coloque em movimento, deve haver uma primeira causa que inicie todo o movimento, que é Deus.

A moralidade é outro tema crucial na obra de Tomás de Aquino. Ele argumenta que a ética deve ser entendida à luz da razão e da revelação. Para ele, as virtudes são hábitos que nos permitem viver de acordo com a razão e a moralidade divina. Tomás distingue entre virtudes teológicas – como a fé, a esperança e a caridade – e virtudes cardeais, que incluem a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança. Essas virtudes ajudam os indivíduos a agir de maneira correta, alinhando suas ações com a vontade de Deus.

A influência de Tomás de Aquino na teologia cristã é profunda e duradoura. Sua abordagem sistemática e filosófica estabeleceu um modelo que foi seguido por gerações de teólogos e filósofos. A Escola Tomista, que emergiu a partir de seu trabalho, tornou-se uma das tradições mais respeitadas dentro do catolicismo. O Concílio de Trento, no século XVI, reconheceu a importância do tomismo, e muitos dos ensinamentos de Aquino foram incorporados na doutrina oficial da Igreja Católica.

Além disso, a síntese de Tomás de Aquino entre fé e razão teve um impacto significativo no pensamento ocidental. Ele se tornou uma figura chave na transição da filosofia medieval para a filosofia moderna, influenciando pensadores como Descartes e Kant. A busca de Aquino por uma harmonia entre a razão e a fé ressoou em debates contemporâneos sobre a relação entre ciência e religião, sendo muitas vezes

citada como um modelo de diálogo construtivo entre diferentes formas de conhecimento.

Tomás de Aquino faleceu em 1274, mas suas reflexões sobre a natureza de Deus, a moralidade e a razão continuam a ser estudadas e debatidas, não apenas por teólogos, mas também por filósofos, cientistas e estudiosos de diversas disciplinas. A visão de Aquino de que a verdade é uma só, mesmo que manifestada de diferentes formas, inspira uma busca contínua por conhecimento e compreensão em um mundo frequentemente dividido entre fé e razão.

A obra de Tomás de Aquino representa uma ponte entre a filosofia clássica e a teologia cristã, enfatizando a importância de um diálogo saudável entre fé e razão. Ele nos lembra que a busca pela verdade é uma jornada que envolve tanto a reflexão racional quanto a abertura à revelação divina, uma síntese que continua a oferecer uma visão abrangente e enriquecedora do mundo e da experiência humana. Sua filosofia é um convite a todos nós a considerar como a razão pode iluminar nossa fé e como a fé pode guiar nossa razão em busca de um entendimento mais profundo da vida e da existência.

4 - Filosofia Moderna

A filosofia moderna, que se desenvolveu do século XVII ao século XIX, é marcada por uma transformação radical no pensamento ocidental. Durante este período, os filósofos começaram a questionar as tradições e os dogmas estabelecidos, enfatizando a importância da razão, da experiência e do indivíduo. Os pensadores dessa era, como René Descartes, John Locke, David Hume e Immanuel Kant, abordaram questões fundamentais sobre o conhecimento, a realidade e a moralidade, moldando a trajetória da filosofia ocidental.

4.1 - René Descartes: Cogito, a dúvida metódica e o dualismo

Eu penso, logo existo

René Descartes, nascido em 1596 em La Haye, na França, é amplamente considerado um dos fundadores da filosofia moderna. Sua abordagem inovadora e sistemática à epistemologia e à metafísica estabeleceu as bases para muitos debates filosóficos subsequentes. Descartes é especialmente conhecido

por sua famosa máxima "Cogito, ergo sum" ("Penso, logo existo"), que encapsula sua busca pela certeza e pela verdade em um mundo repleto de incertezas. Para entender o impacto de Descartes, é essencial explorar seus métodos, sua dúvida metódica e seu dualismo.

Um dos aspectos mais notáveis do pensamento cartesiano é a "dúvida metódica". Em sua obra "Meditações sobre a Filosofia Primeira", Descartes adota uma abordagem radical de ceticismo, decidindo duvidar de tudo o que é possível duvidar. Ele argumenta que, para encontrar uma verdade indubitável, é necessário questionar todas as crenças e opiniões, mesmo aquelas que parecem mais evidentes. Essa dúvida não é um fim em si mesma, mas um meio para chegar a uma fundação sólida sobre a qual construir o conhecimento.

Ora, não será necessário, para alcançar esse desígnio, provar que todas elas são falsas, o que talvez nunca levasse a cabo; mas, uma vez que a razão já me persuade de que não devo menos cuidadosamente impedir-me de dar crédito às coisas que não são inteiramente certas e indubitáveis, do que às que nos parecem manifestamente ser falsas, o menor motivo de dúvida que eu nelas encontrar bastará para me levar a rejeitar todas. E, para isso, não é necessário que examine cada uma em particular, o que seria um trabalho infinito; mas, visto que a ruína dos alicerces carrega necessariamente consigo todo o resto do edifício, dedicar-me-ei inicialmente aos princípios sobre os quais todas as minhas antigas opiniões estavam apoiadas (DESCARTES, 1979, p. 85)

Ao questionar a confiabilidade dos sentidos, Descartes reconhece que frequentemente somos enganados por eles. Ele também levanta a possibilidade de que um "gênio maligno" poderia estar manipulando nossas percepções, fazendo-nos acreditar em falsidades. Esse exercício extremo de dúvida serve para eliminar as crenças que não podem resistir a esse escrutínio rigoroso. No entanto, ao conduzir essa investigação, Descartes chega a uma descoberta crucial: a única coisa da qual ele não pode duvidar é sua própria existência como um ser pensante. Este é o cerne do famoso "Cogito, ergo sum".

Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda a sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito. (DESCARTES, 1979, p. 92)

O "Cogito" de Descartes não é apenas uma afirmação de sua existência, mas também um ponto de partida para sua filosofia. Ele argumenta que o ato de pensar implica um sujeito que pensa; portanto, a consciência é a base indiscutível da existência. A partir dessa fundação, Descartes se propõe a reconstruir o conhecimento, utilizando a razão como seu guia. Ele

busca verdades que possam ser deduzidas a partir do "Cogito" e que, por sua vez, possam fornecer uma compreensão mais abrangente da realidade.

O racionalismo cartesiano se instaura como a doutrina que afirma que a razão é a principal fonte do conhecimento, superior aos sentidos, que podem nos enganar. Ele buscava uma verdade indubitável e encontrou essa certeza na famosa frase: Penso, logo existo (Cogito, ergo sum). Para Descartes, a mente humana possui ideias inatas, como a noção de perfeição e de Deus, e o conhecimento verdadeiro é alcançado através da dúvida metódica, eliminando tudo que não possa ser racionalmente justificado.

Outro conceito central no pensamento de Descartes é o dualismo. Ele postula que existem duas substâncias distintas que compõem a realidade: a res cogitans (a substância pensante) e a res extensa (a substância extensa). A res cogitans refere-se à mente ou à alma, enquanto a res extensa diz respeito ao corpo e ao mundo físico. Essa separação radical entre mente e corpo é um dos legados mais duradouros de Descartes e gerou debates significativos na filosofia, na psicologia e na ciência.

A dualidade cartesiana levanta questões importantes sobre a interação entre mente e corpo. Como pode uma substância imaterial (a mente) influenciar uma substância material (o corpo) e vice-versa? Descartes propôs que essa interação ocorre na glândula pineal, embora essa explicação tenha sido amplamente criticada. No entanto, sua formulação

inicial do problema do dualismo estabeleceu um quadro que ainda ressoa nas discussões contemporâneas sobre a consciência, a identidade e a relação entre o mental e o físico.

Além de seu impacto na filosofia, o método cartesiano influenciou a ciência moderna. Descartes promoveu um modelo mecanicista do universo, onde tudo poderia ser explicado em termos de matéria e movimento, seguindo leis naturais. Esse ponto de vista contrasta com a visão medieval de um cosmos hierárquico e teleológico, onde Deus e as forças sobrenaturais desempenhavam um papel central. A abordagem mecanicista de Descartes ajudou a pavimentar o caminho para a revolução científica, influenciando pensadores como Galileu e Newton.

A crítica à filosofia cartesiana também é relevante. Filósofos como Spinoza e Leibniz apresentaram respostas ao dualismo de Descartes, propondo modelos alternativos que buscavam reconciliar a relação entre mente e corpo. O empirismo, representado por figuras como John Locke e David Hume, também desafiou a primazia da razão cartesiana, argumentando que todo conhecimento deriva da experiência sensorial.

Apesar das controvérsias, o legado de Descartes permanece significativo. Sua insistência na dúvida metódica estabeleceu um novo padrão para a investigação filosófica, enfatizando a importância do raciocínio crítico e da auto-reflexão. O "Cogito" continua a ser uma expressão poderosa da busca por

autenticidade e verdade em um mundo frequentemente confuso e contraditório.

Além disso, o dualismo cartesiano continua a ser um tema central na filosofia contemporânea, levantando questões sobre a natureza da consciência, a identidade pessoal e a relação entre o ser humano e o mundo físico. As discussões sobre a mente e o corpo não apenas afetam a filosofia, mas também têm implicações para a psicologia, a neurociência e a ética.

René Descartes foi uma figura fundamental na transição entre a filosofia medieval e a moderna, e sua abordagem ao conhecimento, à dúvida e à dualidade deixou uma marca indelével no pensamento ocidental. Através da dúvida metódica, ele nos ensinou a importância de questionar nossas crenças e a valorizar a razão como um meio de alcançar a verdade. O "Cogito" não apenas reforça a existência da consciência, mas também serve como um convite à reflexão sobre a natureza da identidade e da experiência humana. O dualismo cartesiano, por sua vez, continua a provocar discussões sobre a intersecção entre a mente e o corpo, desafiando-nos a explorar as complexidades da condição humana em um mundo em constante mudança.

4.2 - Os Fundamentos do Empirismo: Locke e Hume

John Locke e David Hume são dois pilares do empirismo, uma corrente filosófica que enfatiza a experiência sensorial como a principal fonte do conhecimento. Enquanto Locke, ativo no final do século XVII e início do XVIII, lançou as bases do empirismo moderno, Hume, que surgiu um pouco depois, aprofundou e criticou muitas das ideias de Locke, estabelecendo um novo padrão para o entendimento do conhecimento e da experiência.

4.3 – John Locke: Fundamentos do Empirismo

O homem nasce como se fosse uma "folha em branco"

John Locke, nascido em 1632 na Inglaterra, é frequentemente considerado o pai do empirismo. Em sua obra seminal "Ensaio Sobre o Entendimento Humano", Locke argumenta que a mente humana é uma tábula rasa, ou uma "folha em branco", no momento do nascimento. Para ele, todo o conhecimento e as ideias que possuímos derivam da experiência, que se divide em duas categorias principais: sensação e reflexão.

Primeiro, algumas entram em nossas mentes por um único sentido. Segundo, outras transportam-se à mente por mais de um sentido. Terceiro, outras derivam apenas da reflexão. Quarto, algumas abrem caminho, e são sugeridas à mente, por todos os meios da sensação e da reflexão. (LOCKE, 1991, p. 34).

As sensações são as informações que recebemos através dos sentidos. Por exemplo, quando vemos uma maçã vermelha, a experiência sensorial nos fornece a ideia de "maçã" e "vermelho". Já a reflexão refere-se ao processo pelo qual a mente examina suas próprias operações e ideias. Por meio da reflexão, podemos formar ideias complexas a partir de ideias simples adquiridas através da experiência sensorial.

Locke também distingue entre ideias simples e ideias complexas. As ideias simples são aquelas que se originam diretamente da experiência, como cores, sons e cheiros. As ideias complexas são combinações de ideias simples, que podem incluir conceitos mais abstratos, como a ideia de "justiça" ou "governo". Esse processo de combinação e comparação é fundamental para o desenvolvimento do conhecimento humano.

O meio para aperfeiçoar nosso conhecimento não consiste, estou seguro, em receber e abarcar princípios cegamente e com implícita fé, mas sim, penso, em apreender e fixar em nossas mentes ideias claras, distintas e completas, na medida em que a temos, e anexar a elas nomes próprios e constantes. E assim, talvez, sem quaisquer outros princípios, mas simplesmente considerando estas ideias, e por compará-las entre si, encontrar seus acordos e desacordos, e suas várias relações e hábitos; adquirimos, então, conhecimento mais verdadeiro e claro pela orientação desta única regra do que por possuir

princípios, e deste modo colocar nossas mentes à disposição de outrem. (LOCKE, 1991, p. 186).

Além disso, Locke enfatiza a importância da consciência na formação do conhecimento. Ele argumenta que não podemos ter ideias sem uma consciência que as reconheça. Assim, a autoconsciência e a experiência sensorial se tornam elementos cruciais na formação do conhecimento.

Locke também aborda questões de conhecimento e certeza. Ele distingue entre conhecimento intuitivo, que é a percepção imediata de uma verdade (como a certeza de que duas mais duas são quatro), e conhecimento demonstrativo, que é alcançado por meio de raciocínio e lógica. Ele sugere que, embora o conhecimento absoluto possa ser difícil de alcançar, é possível ter um grau de certeza em várias áreas do conhecimento, baseado em evidências sensoriais e na razão.

4.4 - David Hume: Crítica ao Empirismo

Todas as nossas ideias ou percepções mais fracas são imitações de nossas mais vivas impressões ou percepções.

David Hume, nascido em 1711 na Escócia, é frequentemente visto como um dos críticos mais incisivos do empirismo. Embora compartilhasse com Locke a ideia de que o conhecimento deriva da experiência, Hume levou essa perspectiva a novas

direções, particularmente em sua análise da causalidade e da natureza do conhecimento.

Hume desafiou a noção de causalidade, afirmando que não temos uma base racional para afirmar que um evento causa outro. Para ele, a experiência nos mostra que eventos frequentemente ocorrem em sequência, mas não podemos inferir uma relação causal necessária entre eles. Por exemplo, ao observar que um raio é seguido por um trovão, não podemos concluir que o raio causa o trovão; em vez disso, essa relação é baseada em hábitos de associação que nossa mente forma a partir da experiência repetida. Essa ideia é parte de sua crítica mais ampla ao conceito de necessidade causal, que, segundo ele, não é algo que podemos observar diretamente, mas apenas inferir a partir de padrões observados.

Em virtude do hábito, minha mente passa do objeto visível, ou seja, uma bola movendo-se em direção a outra, a seu efeito usual, ou seja, o movimento da segunda bola. E não apenas concebe esse movimento, mas sente nessa concepção algo diferente de um mero devaneio da imaginação. (HUME, 2000, p. 691)

Em sua obra "Investigação Sobre o Entendimento Humano", Hume distingue entre impressões e ideias. As impressões são experiências sensoriais diretas e vívidas, enquanto as ideias são cópias menos vívidas dessas impressões. Para Hume, todas as ideias são derivadas de impressões. Essa distinção enfatiza ainda

mais sua crença de que o conhecimento deve ser fundamentado na experiência direta.

Impressões originais ou de sensação são as que surgem na alma sem nenhuma percepção anterior, pela constituição do corpo ... ou pela aplicação dos objetos sobre os órgãos externos. As impressões secundárias ou reflexivas são as que procedem de algumas dessas impressões originais, seja imediatamente, seja pela interposição de suas ideias. (HUME, 2000, p. 309)

Hume também se debruçou sobre a questão da religião e da metafísica. Ele argumentou que muitos conceitos metafísicos, como a existência de Deus ou a imortalidade da alma, não podem ser sustentados por experiências empíricas. Em vez de tentar justificar essas crenças por meio da razão, Hume propôs que muitas das crenças humanas são baseadas na familiaridade e na emoção. Essa perspectiva levou a uma crítica mais ampla à razão, mostrando que a vida humana é muitas vezes guiada por paixões e instintos, e não apenas por raciocínios lógicos.

Locke e Hume deixaram um legado filosófico duradouro. A abordagem empirista de Locke estabeleceu uma nova maneira de pensar sobre o conhecimento e a experiência, influenciando não apenas a filosofia, mas também a psicologia, a educação e até mesmo a política. Suas ideias sobre a tábula rasa e a importância da experiência individual ajudaram a moldar a teoria da educação moderna e os princípios do liberalismo político, que enfatizam a

importância da experiência e da razão individual na formação da sociedade.

Por outro lado, Hume, com suas críticas contundentes à causalidade e à metafísica, instigou um novo debate sobre os limites do conhecimento humano. Sua análise da relação entre impressões e ideias, juntamente com sua ênfase nas emoções e nos hábitos de pensamento, inspirou o desenvolvimento da psicologia e da filosofia moderna. Hume também influenciou a filosofia kantiana, que buscou reconciliar o empirismo e o racionalismo, propondo uma nova forma de entender a relação entre a experiência e o conhecimento.

O empirismo de Locke e Hume, portanto, não é apenas uma abordagem filosófica, mas um movimento que desafia e enriquece nosso entendimento sobre a natureza do conhecimento, da experiência e da realidade. As reflexões desses dois pensadores continuam a ser relevantes, incentivando novos questionamentos sobre como conhecemos o mundo e qual é o papel da experiência na formação de nossas crenças e valores. O diálogo entre suas ideias e os debates contemporâneos ainda ressoam na filosofia, na ciência e nas humanidades, evidenciando a importância contínua do empirismo na busca por uma compreensão mais profunda da condição humana.

4.5 - Kant: A revolução Copernicana, a síntese entre racionalismo e empirismo e o esclarecimento filosófico da metafísica

Todo o conhecimento humano começou com intuições, passou daí aos conceitos e terminou com ideias.

Immanuel Kant, ativo no final do século XVIII, é um dos filósofos mais significativos da modernidade. Sua obra "Crítica da Razão Pura" revolucionou a filosofia ao apresentar uma síntese entre racionalismo e empirismo. Kant propôs que, enquanto a experiência sensorial é crucial para o conhecimento, a mente humana também desempenha um papel ativo na organização e interpretação das experiências.

A tarefa principal desta crítica da razão pura especulativa reside nessa tentativa de modificar o procedimento até hoje adotado na metafísica, e isso de tal modo que operemos uma verdadeira revolução da mesma a partir do exemplo dos geômetras e dos pesquisadores da natureza (KANT, 2015, p. 33, CRP BXXII).

Podemos imaginar o nosso filósofo desenvolvendo sua sistematização filosófica: No ano de 1781, Immanuel Kant, após uma "noite de sono repleta de pesadelos terríveis e assombrosos, acorda de seu sono dogmático". Nestes "pesadelos", Kant se

via em um chão escorregadio, onde seus pés não permaneciam estáveis, até que isso o levou a uma queda. Ao se observar caído, ele vê escrito em letras rústicas e antigas um nome: metafísica. A simples ideia de acordar de pesadelos dogmáticos horríveis e revolucionar a filosofia propondo um novo método de escape reflexivo sobre esse chão escorregadio, que se denomina metafísica, parece um tanto simplista. Contudo, essa é apenas uma metáfora que reflete uma discussão emblemática que perdura há anos.

Kant, ao despertar, poderia se comportar como um típico alemão rotineiro do século XVIII, lavando seu rosto e regando sua horta. Entretanto, em vez disso, ele propõe uma crítica à razão humana, que, na história da filosofia, sempre esteve presa em questionamentos sobre a validade da existência de Deus, da alma, do infinito, da liberdade e de tudo aquilo que está além da compreensão do sentido experimental da existência.

A metafísica, por muito tempo, foi a discussão central na filosofia. Cabe agora a Kant a tarefa de descentralizá-la. Ele não busca “matar a metafísica”, longe disso. O severo ataque a essa tradição é realizado por David Hume, e Kant se propõe a pegar seu esfregão crítico para limpar a sujeira acumulada na metafísica pelos pensadores medievais e por alguns racionalistas. Para que Kant limpe essa sujeira, será necessário colocar em contraposição duas faculdades de entendimento: o racionalismo e o empirismo.

É preciso verificar pelo menos uma vez, portanto, se não nos sairemos melhor, nas tarefas da metafísica, assumindo que os objetos têm de regular-se por nosso conhecimento, o que já se coaduna melhor com a possibilidade, aí visada, de um conhecimento a priori dos mesmos capaz de estabelecer algo sobre os objetos antes que nos sejam dados (KANT, 2015, p. 29-30, CRP, B XIV).

Para os racionalistas, a razão, por si só, teria a capacidade de compreender, assimilar e formular a verdade, independentemente de qualquer experiência ou causalidade. Por outro lado, os empiristas acreditam que a experiência validaria toda forma de entendimento, permitindo ao Ser, através dos sentidos externos, obter a “verdade racional”. É aqui que se apresenta a dificuldade: como conciliar esses dois pontos de vista aparentemente opostos.

Kant, então, inicia sua árdua jornada, reconhecendo que a razão, sem a experiência, seria vazia, enquanto a experiência, sem a razão, seria tolice. Ele abre os olhos desse pesadelo metafísico da mesma forma que um recém-nascido enxerga a luz pela primeira vez. Em sua análise, propõe um instrumento fundamental para garantir a conciliação dessas duas faculdades de entendimento: a “Revolução Copernicana”.

Copérnico, no século XVI, ao observar os astros do alto de sua torre, constatou que a Terra não era o centro do universo, mas que o movimento da Terra ocorria em torno do Sol, estabelecendo o heliocentrismo. Ao inverter o objeto copernicano

“Terra” por “Ser” e “Sol” por “verdade”, temos a chave-mestra do entendimento kantiano sobre a validade da experiência e da razão frente aos questionamentos metafísicos. Enquanto o Ser metafísico permanecia estagnado em um pensamento além da compreensão dos limites naturais, o objeto “verdade” se apresentava como algo “imutável”.

Kant abre a possibilidade de entendimento para que o Ser gire em torno da verdade, utilizando sua razão pura, prática e experimental para examinar este objeto em seu condicionamento natural e nas limitações de seu entendimento. O Ser, a partir dessa revolução, se serve dos instrumentos da razão e da prática para manusear o objeto da verdade ou da investigação. O Ser filosófico se desprende, assim, de seus principais questionamentos que, embora válidos para a filosofia, não o levariam a respostas satisfatórias sobre questões como Deus, a alma ou o infinito.

Kant atribui a esses instrumentos formas de validação através da matemática, da física e da lógica. Somente utilizando esses instrumentos, guiados pela percepção e pela investigação limitada ao nosso entendimento, seremos capazes de nos posicionar assertivamente diante do objeto de estudo, trazendo aquilo que antes estava preso ao mundo a priori para o mundo empírico. Essa mudança possibilita o exercício racional sobre o objeto delimitado ao estudo.

Com o chão escorregadio da metafísica mais limpo e claro, podemos agora identificar onde estamos apoiando nossos pés. Porém, como um bom alemão

rotineiro, nada melhor que uma segunda mão de limpeza para clarear ainda mais a percepção dessa base filosófica. A “Revolução Copernicana” estabelece a perspectiva fundamental para o fortalecimento da conciliação entre entendimento e prática. Agora, cabe a Kant validar a recepção do entendimento humano sobre o objeto que está sendo analisado, o que ele denomina de “Lógica Transcendental”. Com Kant volta-se para o sujeito para estabelecer a partir dele o verdadeiro método da metafísica. Como diz Silvia:

Através da revolução proposta por Kant será possível à compreensão de que as formas dos objetos não estão nos próprios objetos, mas são elas contribuições da razão para a constituição do objeto. Em outros termos, o mundo é percebido pelos sentidos não é como ele é em si mesmo, mas como o homem o representa a partir da estrutura formal da sua mente, das suas capacidades (SILVIA, 2016, p. 34).

A lógica transcendental refere-se à capacidade de organizar a recepção do entendimento humano sobre o objeto. Através das análises feitas sob a perspectiva estética transcendental e sensível, a lógica transcendental emerge como a capacidade de organizar a recepção desse conhecimento, utilizando os instrumentos de validação mencionados anteriormente. Essa lógica pode ser vista sob dois pontos de vista: as operações gerais, que são as regras absolutamente necessárias do pensar, e as operações particulares, que contêm as regras e os critérios para pensar de maneira assertiva sobre objetivos específicos.

Assim, passamos de uma razão pura e geral para uma razão lógica, organizando as faculdades de entendimento sobre aquilo que é tangível e aquilo que é inteligível. A metafísica, nesse sentido, se aplica à faculdade inteligível, onde a simples contemplação, não explorada, nos levaria novamente ao chão escorregadio da crença não validada.

Kant, portanto, observa que, com o chão escorregadio da metafísica agora mais limpo, podemos vislumbrar e contemplar as bases que nos sustentam em nosso avanço filosófico. Longe das crenças inconcebíveis e dos objetos especulativos, mas não tangíveis, temos agora a capacidade de fazer uso da razão pura e prática para obter um entendimento mais claro, lógico e limpo sobre a realidade que nos cerca. A “Revolução Copernicana” não apenas transforma a metafísica, mas também redefine o papel da razão e da experiência na busca pelo conhecimento e pela verdade, abrindo um novo caminho para a filosofia moderna.

4.6 - Hegel e a Dialética do Espírito

*Eu me atenho à ideia de que o espírito do tempo deu a ordem para
avançar*

Georg Wilhelm Friedrich Hegel é uma das figuras mais influentes da filosofia contemporânea, conhecido por sua abordagem dialética e sua busca pela totalidade do conhecimento. Sua obra, de grande

complexidade, abrange diversas áreas, incluindo a lógica, a filosofia da história, a ética e a política. Hegel é frequentemente associado ao idealismo alemão, e sua filosofia se destaca pela forma como articula a relação entre o indivíduo e a coletividade, a liberdade e a necessidade, e o temporal e o eterno.

A dialética é o método central da filosofia hegeliana. Hegel utiliza a dialética para descrever o processo de desenvolvimento do pensamento e da realidade, onde cada ideia ou fase (tese) é contradita por uma oposição (antítese), levando à superação de ambas em uma nova síntese. Esse processo é contínuo e dinâmico, refletindo a natureza evolutiva da realidade. Para Hegel, o mundo não é estático; ao contrário, está em constante transformação e desenvolvimento. Explicando o significado da dialética na filosofia hegeliana, Nicola Abbagnano (1983) nos diz:

A dialética não é para Hegel apenas o método do saber, nem é apenas a lei do desenvolvimento da realidade; é uma e outra coisa ao mesmo tempo. É, em primeiro lugar, o processo mediante o qual a razão se reconhece na realidade que surge como estranha ou oposta à razão, suprimindo ou conciliando essa oposição; mas é ainda o processo mediante o que a realidade se concilia consigo própria e age na sua unidade racional, superando as diferenças, as divisões, as oposições que constituem os seus aspectos particulares e apaziguando-se na unidade do Todo (p. 85).

Um exemplo emblemático desse método pode ser visto em sua análise da história. Hegel argumenta que

a história não é apenas uma sequência de eventos aleatórios, mas um processo racional e teleológico, onde a liberdade se desdobra progressivamente. Cada época histórica traz consigo suas contradições, que, ao serem resolvidas, conduzem a um estágio mais elevado de liberdade e consciência. Assim, a história é vista como uma manifestação do "Espírito *Absoluto*", que se realiza através das experiências humanas.

No cerne do pensamento hegeliano está o conceito de "Espírito" (Geist), que representa a totalidade da experiência humana. O Espírito se desenvolve através da história, da arte, da religião e da filosofia, manifestando-se em diferentes formas ao longo do tempo. Hegel distingue entre o "Espírito Subjetivo", que se refere à consciência individual, o "Espírito Objetivo", que abrange as instituições sociais e culturais, e o "Espírito Absoluto", que é a culminação do desenvolvimento espiritual humano.

Hegel acredita que a realização do **Espírito Absoluto** ocorre através do reconhecimento da liberdade. A liberdade, para Hegel, não é simplesmente a ausência de restrições, mas a capacidade de agir de acordo com a razão. A verdadeira liberdade se realiza na interação com outros indivíduos e na participação nas instituições sociais, como a família, a ética e o Estado. Portanto, a filosofia hegeliana enfatiza a importância da coletividade na formação do indivíduo e na realização da liberdade.

O **Espírito Absoluto** é, enquanto unicidade, a substância una e universal, que sempre é retornada a si mesma. Neste momento, o espírito que perpassou e supressumiu os campos da *subjetividade* e da *objetividade*, encontra-se no vir-a-ser das produções eternas fornecidas pelos dois momentos anteriores. Aqui o espírito, na sua condição de *absoluto*, incorpora-se nos povos e nações para perpetuar-se como espírito *absoluto* e promover o avanço de tal comunidade onde se encontra. Esta autopromoção do espírito ocorre na arte, na religião revelada e na filosofia, instrumentos que abarcam a eternidade, por serem produzidos à imutabilidade, a salvo do tempo, produções alçadas na eternidade e no infinito em-si. Neste momento a essência do espírito ainda mais se revela, pois se na objetividade a liberdade pela vontade se mediatiza e concretiza-se nos campos do *direito* e do Estado imperando ainda assim suas determinações subjetivas e morais, aqui o espírito *absoluto* (ciente de sua finitude) perpassa para o infinito: o limite, no ilimitado. Mediante a sua *idealidade* o espírito *absoluto* eleva-se acima dela, vai além e se liberta das determinações da subjetividade e dos *deveres*, pois já não é mais campo objetivado e nem possui singularidade, é do todo universal. Portanto uma liberdade jamais terminada em-si, mas visando sempre sua infinitude, liberta-se do seu Outro e chega assim ao absoluto ser-para-si, onde faz-se verdadeiramente infinito

Hegel também aborda a filosofia da história de maneira única. Para ele, a história é o desdobramento do Espírito, onde cada evento histórico e cultural contribui para o progresso da consciência humana. Hegel vê a história como um processo dialético, onde as contradições que surgem em uma época são superadas em períodos subsequentes. Ele acredita que a história avança em direção à realização da liberdade universal, culminando na modernidade, onde a racionalidade e a liberdade se tornam preponderantes.

As lições sobre a história da filosofia, aulas dadas por Hegel e transcritas por seus alunos, mostram um parâmetro particular de enxergar a construção filosófica a partir de determinações singulares desse filósofo. O modo de pensar a história é, de fato, revolucionário, pois Hegel apresenta não apenas uma linearidade de eventos, fatos, fenômenos ou momentos, mas uma profunda especulação sobre o tema, utilizando seu objeto, sua lente, ou melhor, sua filosofia. Talvez seja isso que diferencia Hegel dos demais filósofos que se empenharam em esmiuçar a história da filosofia. Aqui, há sistemas complexos, aos moldes hegelianos, que filtram as análises em uma só categorização objetiva. E é dessa objetividade que Hegel se empenha em determinar o percurso histórico da filosofia. Não apenas uma objetividade, mas uma supressa subjetividade que, em correlação, inaugura o absoluto. A história, nas lentes hegelianas, aponta para uma direção: o infinito. Todavia, para Hegel, a finitude, apreendida de modo verdadeiro,

está contida na infinitude, ou seja, o limite no ilimitado. Essa finitude para si está correlacionada, anteriormente, a dois momentos: são estes o **Espírito Subjetivo** e o **Espírito Objetivo**.

O **Espírito Subjetivo**, para Hegel, parte de um princípio socrático, o princípio do autoconhecimento. Nesse momento, o espírito é, mas não se reconhece como tal; por isso, Hegel o denomina espírito da natureza, que integra as subdivisões do subjetivo. O autoconhecimento ao qual Hegel se refere está alçado no “conhece-te a ti mesmo”. Em determinado momento da subjetividade, o espírito, que em essência se move e é livre (porém com uma liberdade ainda não objetivada), alça a consciência. E, nesta consciência, que é espírito teórico e subjetivado, passa a se reconhecer como essência em si. Nisso, manifesta o anseio da objetividade da essência do espírito, que é a liberdade, e na vontade se concatena com a vontade livre, suprassumindo-se então, em sua subjetividade, como espírito objetivo. Já como espírito objetivo, tende a conciliar o espírito teórico e o espírito prático, universalizando sua essência outrora singular a si. Neste vir-a-ser, o espírito objetivo inaugura campos de determinações para que sua essência seja desenvolvida; esses campos são o direito e o Estado. Neste momento, há também subdivisões onde imperam a vontade livre e pensante. Hegel denota que essas determinações imperam tanto na família quanto na sociedade civil e no Estado. Este último, sendo o detentor da preservação dos demais, pois no direito

imperam os deveres, essa determinação da liberdade se concretiza na correlação entre o possuir o direito e o corresponder aos deveres, e vice-versa. Aqui, a pessoa que detém direitos é também uma pessoa que se volta aos deveres; então, a prestação de impostos ao Estado ou a prestação do serviço militar são deveres que retornam ao campo do direito. Esse indivíduo assegura para si, sua família e/ou comunidade a segurança de sua propriedade privada. O solo do direito é o elemento espiritual e está assegurado em sua essência, que é livre. Neste momento, objetivando-se a liberdade, surge a imagem do absoluto: a finitude em si, o limitado no ilimitado.

Mas a atividade finalística dessa vontade é realizar seu conceito — a liberdade — no lado exteriormente objetivo, de modo que esse seja como um mundo determinado por aquela vontade, a ponto de estar nele junto de si mesma, concluída consigo mesma, [e] o conceito, assim, implementado em ideia. A liberdade, configurada em efetividade de um mundo, recebe a forma da necessidade, cuja conexão substancial é o sistema das determinações da liberdade, e cuja conexão fenomênica é como a potência, o ser-reconhecido, isto é, seu vigorar na consciência. (HEGEL, 1830, p. 279).

O movimento do **Espírito Absoluto** na história perpassa pelos povos; esta infinitude não existe em si numa correspondência transcendente. Não se trata de uma divindade, ou melhor, de Deus; trata-se do suprassumir-se do espírito em si, que, no vir-a-ser, torna-se o ser-aí substancial incorporado nos povos e nações. Hegel menciona que o curso da história que

perpassa por nós não ocorre estranhamente, que ele está imbuído do dever de nosso saber, o vir-a-ser. A filosofia, no curso da história, está imbuída nesse processo, pois integra o espírito e é, em si, essência e livre, exercendo a atividade do pensamento (livre), pois tudo que se manifesta age ou agiu na medida do pensamento. Essa ação impera na história e recai sobre a filosofia; faz-se história do pensamento, e disso nos ocupamos desde os jônios, pois esse pensamento ocorre e se encontra na medida em que se produz, e difere-se dos demais objetos, pois não é mutável; é, portanto, absoluto. A história da filosofia, para Hegel, não se enclausura como uma “galeria de opiniões”, mas sim como ciência objetiva da verdade, o conhecer-se por conceitos. Os gregos se ocuparam do ardor filosófico; entenderam, nas ruínas do Estado ateniense, que o pensamento é um produto, assim como a vida e a atividade de se autoconstruir. Essa atividade essencialmente inclui um aspecto de negação, pois produzir implica também em destruir, e é desse modo que a filosofia na história se ocupou em suprássumir ruínas. A filosofia aparece no momento em que um povo se distancia de sua vida concreta, quando começam a surgir rachaduras e diferenciações entre as classes, no momento em que o povo se aproxima do declínio, quando um abismo entre as tendências internas e a realidade externa começa a ganhar novas formas, e as antigas formas de religião, entre outras, já não são satisfatórias, quando o espírito se torna indiferente à sua existência real e material ou,

permanecendo nela, sente apenas insatisfação e desconforto, e sua vida moral, seu ethos, começa a se dissolver.

O absoluto tende a retornar para o absoluto. O espírito, enquanto espírito, é Ideia; sempre é. Essa Ideia à qual Hegel se refere está numa dialética lógica de pressuposição e reposição. A partir do momento em que se inicia o processo lógico de tal pressuposição, ele se exterioriza e se abre à contingência e à história. A história da filosofia se enquadra num movimento dialético de suprassunção e se incorpora nos povos pelo **Espírito Absoluto**, no intuito de retornar ao que é, essência em si, mesmo sendo mediatizada, porém sempre Ideia. O espiral do espírito é mediatizado pelas circunstâncias históricas e alça na filosofia o devir de sua origem. A reconciliação, mediante a negação, ocorrerá, mas não no mundo da realidade material, e sim no mundo do pensamento, do infinito e do absoluto.

Um aspecto central da filosofia da história hegeliana é a ideia de que o conhecimento da história é essencial para compreender a si mesmo e ao mundo. Hegel propõe que, ao estudar a história, a humanidade pode reconhecer suas conquistas, aprender com seus erros e perceber o desenvolvimento contínuo do Espírito. Essa perspectiva ressoa com a importância que Hegel atribui à educação e à formação da consciência crítica.

Na ética e na política, Hegel desenvolve uma crítica ao liberalismo, enfatizando que a liberdade

individual deve estar integrada a uma estrutura social mais ampla. Em sua obra *Fenomenologia do Espírito*, Hegel analisa a relação entre a liberdade e as instituições sociais, argumentando que a verdadeira liberdade não pode ser realizada fora do contexto das relações sociais. Ele defende que a ética se manifesta nas instituições da família, da sociedade civil e do Estado, cada uma desempenhando um papel fundamental na formação do indivíduo ético.

O Estado, para Hegel, é a manifestação suprema da liberdade. Ele argumenta que a verdadeira liberdade é alcançada quando o indivíduo se integra a uma comunidade que promove o bem comum. Nesse sentido, Hegel oferece uma visão do Estado como uma instância racional que harmoniza os interesses individuais e coletivos, promovendo a justiça e a moralidade. Essa ideia contrasta com a visão liberal do Estado como um mero protetor dos direitos individuais.

A filosofia de Hegel representa uma tentativa ambiciosa de reconciliar a individualidade com a coletividade, a razão com a experiência, e a liberdade com a necessidade. Sua dialética, o conceito de Espírito e a abordagem à história oferecem uma base sólida para entender o desenvolvimento do pensamento filosófico contemporâneo. Hegel influenciou diversos pensadores posteriores, incluindo Marx, que adaptou suas ideias para a análise crítica da sociedade.

A obra de Hegel continua a provocar debates e reflexões sobre a natureza da liberdade, da consciência e da realidade. Sua filosofia convida à busca de um entendimento mais profundo da condição humana, destacando a importância da história e da coletividade na formação do sujeito ético. Ao estudar Hegel, somos desafiados a reconsiderar nossas próprias crenças sobre a liberdade e a interdependência no mundo contemporâneo, refletindo sobre como essas ideias ainda ressoam em nossas vidas e em nossas sociedades.

4.7 - Karl Marx e a crítica da sociedade capitalista

A história se repete, a primeira vez como tragédia, e a segunda como farsa.

Karl Marx é uma das figuras mais influentes do pensamento contemporâneo, conhecido por sua análise crítica da sociedade capitalista e sua contribuição ao desenvolvimento da teoria social e política. Suas ideias revolucionaram não apenas a filosofia, mas também a sociologia, a economia e a teoria política, oferecendo uma perspectiva materialista que busca compreender as dinâmicas de poder e exploração na sociedade.

No cerne do pensamento marxista está a noção de materialismo histórico, que propõe que a história da

humanidade é uma história de lutas de classes “A história de todas as sociedades até nossos dias é a história de luta de classes” (MARX, 2018). Marx argumenta que as condições materiais de produção — como a força de trabalho, os meios de produção e as relações de produção — moldam a estrutura social, política e ideológica das sociedades. Segundo Marx, a maneira como uma sociedade produz e distribui seus bens determina não apenas a sua economia, mas também suas instituições, cultura e ideologia.

[...] No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto, nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes. [...]. (MARX; ENGELS, s/d, p. 253-254, grifo do autor)

Marx identifica duas classes principais no capitalismo: a burguesia, que detém os meios de produção e, portanto, o poder econômico e político, e o proletariado, que não possui meios de produção e, por isso, deve vender sua força de trabalho para sobreviver.

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade

divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX, 2018)

Essa relação é intrinsecamente desigual e exploratória, levando à alienação do trabalhador, que é separado dos frutos de seu trabalho e reduzido a um mero instrumento na produção.

A obra de Marx, *O Capital*, é uma análise profunda do funcionamento do sistema capitalista. Nele, Marx investiga a produção de mercadorias, o valor e o trabalho, expondo como o capital se acumula e como a exploração do proletariado é sistemática. Um dos conceitos centrais de *O Capital* é a noção de mais-valia, que se refere à diferença entre o valor criado pelo trabalho do proletariado e o salário que recebe. Essa mais-valia é o que permite à burguesia acumular riqueza, enquanto os trabalhadores permanecem em condições de exploração e miséria. Marx, em *O Capital* (1996, p. 255), esclarece que:

a luta de classe no mundo antigo apresenta-se principalmente sob a forma de uma luta entre credor e devedor e termina em Roma com a decadência do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média essa luta termina com a decadência do devedor feudal, que perde seu poder político com sua base econômica. Contudo, a forma dinheiro — a relação entre credor e devedor possui a forma de uma relação monetária — somente reflete o antagonismo de condições de existências econômicas mais profundas.

Marx critica a economia política de sua época por sua falta de análise das relações sociais subjacentes ao sistema econômico. Ele argumenta que a economia não é um campo isolado, mas está imersa em um contexto social e político que deve ser examinado. A análise marxista revela que as relações de poder estão entrelaçadas com a produção econômica, e que o capitalismo gera não apenas desigualdade econômica, mas também injustiça social.

Todas as classes que no passado conquistaram o poder trataram de consolidar a situação adquirida submetendo a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação que era próprio a estas e, por conseguinte, todo modo de apropriação em vigor até hoje. Os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes. (MARX, 2018)

Além da análise econômica, Marx também se preocupa com a questão da ideologia. Para ele, as ideias dominantes em uma sociedade são frequentemente aquelas da classe dominante, que utiliza sua influência para perpetuar sua posição de poder. Essa perspectiva leva à noção de superestrutura, que se refere às instituições sociais, políticas e culturais que emergem das relações de produção. A superestrutura não é apenas uma reflexão da base econômica, mas também atua para manter as relações de classe e a ideologia dominante.

Marx argumenta que a consciência de classe é fundamental para que os trabalhadores reconheçam sua exploração e, conseqüentemente, se mobilizem para a mudança social. A luta de classes é vista como a força motriz da história, onde os proletários devem se organizar para desafiar a opressão e construir uma sociedade sem classes, que Marx imaginou como uma sociedade comunista.

Marx acredita que a transformação social ocorrerá através da revolução, onde o proletariado derrubará a burguesia e abolirá a propriedade privada dos meios de produção. Essa revolução não é um ato aleatório, mas o resultado inevitável das contradições internas do capitalismo, que geram crises econômicas e sociais. A ideia de que a história avança por meio de contradições dialéticas, semelhante à dialética hegeliana, permeia seu pensamento, mas Marx a adapta para um contexto materialista.

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas. Isto naturalmente só poderá realizar-se, a princípio, por uma violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção. Essas medidas, é claro, serão diferentes nos vários países. (MARX, 2018 p. 70).

A visão de uma sociedade comunista que Marx propõe é aquela onde não existem classes sociais, e, portanto, não há exploração. Nessa sociedade, os meios de produção são coletivos, permitindo que todos tenham acesso aos recursos necessários para viver de forma digna. Marx não oferece um plano detalhado para a construção do comunismo, isto passa a ser responsabilidade dos teóricos que iriam suceder-lhe, mas sua crítica ao capitalismo serve como uma base para diversas correntes socialistas e comunistas que surgiram posteriormente.

A obra de Karl Marx continua a ser um pilar fundamental da crítica social e política, influenciando uma variedade de movimentos sociais, acadêmicos e políticos ao longo do século XX e além. Sua análise da economia política e das relações de classe oferece uma lente poderosa para entender as injustiças e desigualdades do capitalismo contemporâneo. Embora muitos dos contextos históricos em que Marx escreveu tenham mudado, suas ideias sobre a luta de classes, a alienação e a crítica da ideologia permanecem relevantes. A influência de Marx se estende a diversas disciplinas, incluindo sociologia, ciência política e teoria crítica, desafiando gerações de pensadores a reconsiderar a natureza do poder, da economia e da sociedade.

A crítica marxista não se limita a descrever a realidade; ela convoca os indivíduos a se engajar ativamente na transformação do mundo. O legado de Marx é, portanto, um chamado à ação, um convite para a reflexão sobre como podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária em meio às complexas dinâmicas do capitalismo moderno.

5 - Filosofia Contemporânea

A filosofia contemporânea surge como um campo repleto de questionamentos que desafiam as tradições anteriores, refletindo as complexidades do mundo moderno e as crises existenciais enfrentadas pela humanidade. Nesse contexto, figuras como Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e os existencialistas, como Jean-Paul Sartre e Albert Camus, se destacam ao propor novas formas de entender a existência, a moralidade e a busca por significado

5.1 - Friedrich Nietzsche: A Morte de Deus e a Crítica à Moralidade.

*O homem é uma corda esticada entre o animal e o super-homem,
uma corda por cima do abismo.*

Friedrich Nietzsche, um dos filósofos mais influentes e controversos do século XIX, trouxe à tona questões profundas sobre a moralidade, a religião e o significado da vida. Nascido em 1844 na Prússia, sua obra, marcada por uma crítica incisiva e muitas vezes provocativa, desafiou as convicções estabelecidas e influenciou uma ampla gama de campos, incluindo

filosofia, literatura, psicologia e arte. Entre suas ideias mais impactantes estão a "Morte de Deus" e a crítica à moralidade tradicional, que continuam a ser discutidas e debatidas até hoje.

O vitorioso conceito "força", com o qual os nossos físicos tiraram Deus do mundo, necessita ainda um acréscimo: Isso o obriga a tornar-se um mundo interior, que eu descrevo como "vontade de poder", como um desejo insaciável por poder, ou outra utilização, a prática do poder, como impulso criador. (NIETZSCHE, 1885, fr 36)

A expressão "Deus está morto", que aparece em várias obras de Nietzsche, é talvez uma das mais conhecidas e mal interpretadas de sua filosofia. Não se deve entender essa afirmação de maneira literal, mas sim como uma metáfora poderosa que reflete a crise cultural e moral que Nietzsche percebia na sociedade europeia do século XIX. Para ele, a Declaração da Morte de Deus simboliza o colapso das crenças e valores tradicionais, especialmente aqueles que tinham raízes na religião cristã. Nietzsche em sua obra *Ecce Homo* diz

O descobrimento da moral cristã é um acontecimento que não tem igual, uma verdadeira catástrofe. Quem a coloca a descoberto é uma *force majeure*, um destino — ele parte a história da humanidade em dois. Vive-se antes dele, vive-se depois dele... O raio da verdade fulminou precisamente o que até então era do mais alto valor: quem compreende o que foi destruído, que veja se ainda lhe resta algo nas mãos.

Nietzsche argumentava que, com a ascensão da ciência e do racionalismo, a visão de mundo cristã estava sendo desafiada e, em muitos casos, superada. Ele acreditava que a moralidade cristã, que enfatizava a humildade, a compaixão e a negação dos instintos humanos, havia dominado a vida ocidental por séculos. No entanto, ele via essa moralidade como uma forma de ressentimento, que sufocava a vitalidade e a criatividade do ser humano.

A Morte de Deus não é um evento isolado, mas parte de um processo mais amplo de secularização que Nietzsche observava. Ele estava preocupado com as consequências desse colapso. Se Deus, como fonte última de significado e valor, não existisse mais, o que isso significava para a moralidade e para a vida humana? Nietzsche anteviu uma crise de valores, um vazio que poderia levar ao niilismo, a crença de que a vida não possui sentido, propósito ou valor intrínseco.

Nietzsche se dedicou a criticar a moralidade tradicional, especialmente a moralidade cristã, que ele considerava decadente e repressiva. Em obras como "A Genealogia da Moral" e "Assim Falou Zaratustra", ele analisa as origens e as implicações da moralidade ocidental. Uma de suas principais críticas é que a moralidade cristã foi construída sobre a negação dos instintos humanos e a valorização da fraqueza em detrimento da força.

Para Nietzsche, a moralidade tradicional promovia o que ele chamava de "moralidade de escravo". Essa moralidade surge em resposta à

opressão e é caracterizada por valores como humildade, submissão e altruísmo. Ele via esses valores como uma maneira de os fracos se vingarem dos fortes, criando uma inversão de valores que celebrava a fraqueza em vez da força e da criatividade. Por outro lado, Nietzsche propôs a ideia de uma "moralidade de mestre", que exalta os instintos, a vitalidade e a afirmação da vida. Essa moralidade é associada ao forte, ao criador e ao inovador, que vive de acordo com seus próprios valores, em vez de se submeter a normas externas.

A crítica de Nietzsche à moralidade não se limita apenas à religião. Ele também questiona as filosofias racionalistas e utilitaristas que buscam fundamentar a moralidade em princípios universais ou na maximização da felicidade. Em vez disso, ele argumenta que a moralidade deve ser entendida como uma construção histórica e cultural, que reflete as lutas de poder e os interesses de diferentes grupos. Para Nietzsche, a moralidade é profundamente subjetiva e deve ser reavaliada constantemente.

A Morte de Deus e a crítica à moralidade tradicional levam Nietzsche a confrontar o problema do niilismo. Ele acreditava que, com o colapso das crenças absolutas, a sociedade poderia cair em um estado de desespero e apatia. O niilismo não é apenas uma crença negativa, mas uma condição que pode surgir quando os indivíduos percebem que as fundações sobre as quais construíram suas vidas não são mais válidas.

Contudo, Nietzsche não via o niilismo como um fim, mas como uma oportunidade. Ele propunha a necessidade de uma "reavaliação de todos os valores". Isso implica uma nova maneira de abordar a vida, onde os indivíduos são desafiados a criar seus próprios valores e significados. Em vez de se contentar com valores herdados, Nietzsche encorajava as pessoas a se tornarem "super-homens", ou seja, seres humanos que se libertam das amarras das tradições e da moralidade convencional para criar suas próprias realidades.

Esse chamado à criação de novos valores está profundamente ligado ao conceito de "vontade de poder", que é central no pensamento de Nietzsche. A vontade de poder não deve ser entendida simplesmente como uma busca pelo domínio ou controle, mas como um impulso fundamental que move todos os seres humanos a expressar sua vitalidade, criatividade e individualidade. Essa vontade é a força motriz por trás da superação dos limites impostos pela moralidade tradicional e pela busca de um novo significado em um mundo pós-religioso.

Nietzsche deixou um legado duradouro que continua a ressoar nas discussões contemporâneas sobre ética, religião, arte e a natureza da existência. Seu desafio à moralidade tradicional, à religião e à metafísica inspirou diversas correntes filosóficas, como o existencialismo e o pós-modernismo. Filósofos como Jean-Paul Sartre e Michel Foucault, por exemplo,

se basearam em suas ideias para desenvolver novas abordagens ao entendimento da liberdade, da subjetividade e da construção social dos valores. Em *Ecce Homo* prossegue dizendo:

[1] Conheço a minha sina. [2] Um dia, meu nome será ligado à lembrança de algo tremendo, [3] — de uma crise como jamais houve sobre a Terra, da mais profunda colisão de consciências, de uma decisão conjurada contra tudo o que até então foi acreditado, santificado, requerido. [4] Eu não sou um homem, sou dinamite. [5] — E com tudo isso nada tenho de fundador de religião — [6] religiões são assunto da plebe, [7] eu sinto necessidade de lavar as mãos após o contato com pessoas religiosas... [8] Não quero “crentes”, penso ser demasiado malicioso para crer em mim mesmo, nunca me dirijo às massas... [9] Tenho um medo pavoroso de que um dia me declarem santo: perceberão por que publico este livro antes, ele deve evitar que se cometam abusos comigo... [10] Eu não quero ser um santo, seria antes um bufão... Talvez eu seja um bufão... [11] E apesar disso, ou melhor, não apesar disso — pois até o momento nada houve mais mendaz do que os santos —, a verdade fala em mim. — [12] Mas a minha verdade é terrível: pois até agora chamou-se à mentira verdade. — [13] Transvaloração de todos os valores: eis a minha fórmula para um ato de suprema auto-gnose da humanidade, [14] que em mim se fez gênio e carne. [15] Minha sina quer que eu seja o primeiro homem decente, [16] que eu me veja em oposição à mendacidade de milênios... [17] Eu fui o primeiro a descobrir a verdade, ao sentir por primeiro a mentira como mentira — ao cheirar... [18] Meu gênio está nas narinas... [19] Eu contradigo como nunca foi contradito, e sou contudo o oposto de um espírito negador. [20] Eu sou um mensageiro alegre, como nunca houve, eu conheço tarefas de uma altura tal que até então inexistiu noção para elas, somente a partir de mim há novamente esperanças. [21] Com tudo isso sou necessariamente também o homem da fatalidade. [22] Pois

quando a verdade sair em luta contra a mentira de milênios, teremos comoções, um espasmo de terremotos, um descolamento de montes e vales como jamais foi sonhado. A noção de política estará então completamente dissolvida em uma guerra dos espíritos, todas as formações de poder da velha sociedade terão explodido pelos ares — todas se baseiam inteiramente na mentira: haverá guerras como ainda não houve sobre a Terra. Somente a partir de mim haverá grande política na Terra.

A figura de Nietzsche também é frequentemente associada a debates sobre o papel da arte e da estética na vida humana. Ele via a arte como uma expressão da vontade de poder e uma maneira de criar significados em um mundo onde os valores absolutos haviam desmoronado. A ideia de que a vida deve ser vivida como uma obra de arte, onde cada indivíduo molda sua própria existência, continua a ser uma inspiração para muitos artistas e pensadores contemporâneos.

Friedrich Nietzsche foi um pensador audacioso que desafiou as normas e as verdades estabelecidas de sua época. Sua declaração de que "Deus está morto" não é apenas uma crítica à religião, mas um chamado à reflexão profunda sobre o significado da vida e os valores que orientam a existência humana. Sua crítica à moralidade tradicional, juntamente com a proposta de uma reavaliação de todos os valores, destaca a importância da liberdade individual e da criação pessoal no processo de dar sentido à vida. Nietzsche e sua filosofia permanecem como um convite contínuo à exploração e à autotransformação em um mundo que frequentemente parece desprovido de significado.

5.2 - Martin Heidegger: Ser e Tempo e a Questão do Ser

Mesmo quando estamos vazios de pensamento, não desistimos de nossa capacidade de pensar.

Martin Heidegger, um dos filósofos mais influentes do século XX, é amplamente reconhecido por suas profundas investigações sobre a natureza do ser. Nascido em 1889 na Alemanha, Heidegger desenvolveu uma abordagem filosófica que buscava ir além das tradições anteriores, especialmente a filosofia cartesiana e kantiana, para abordar questões fundamentais sobre a existência humana e a essência do ser. Sua obra mais significativa, "Ser e Tempo" (1927), é um marco no pensamento filosófico moderno e introduz conceitos que desafiam e ampliam nossa compreensão sobre o que significa "ser".

A questão do ser é o foco central da filosofia de Heidegger. Ele acredita que a filosofia ocidental, desde Platão e Aristóteles até os pensadores modernos, perdeu de vista essa questão fundamental, concentrando-se em vez disso em aspectos mais superficiais ou na representação do ser. Para Heidegger, a metafísica tradicional tratou o ser como uma entidade ou substância, quando, na verdade, é um fenômeno mais complexo que deve ser entendido em seus próprios termos. A tarefa filosófica é,

portanto, reexaminar e reinterpretar o conceito de ser, levando em conta a experiência humana.

Heidegger introduz a noção de que o ser humano (que ele chama de Dasein, que significa literalmente "ser-aí") tem uma relação única com o ser. O Dasein não é apenas um objeto entre outros, mas possui uma consciência reflexiva e a capacidade de questionar sua própria existência. Esse questionamento é fundamental para entender o que significa ser.

O conceito de Dasein é central em "Ser e Tempo". O Dasein é a maneira como o ser humano experimenta e compreende sua própria existência. Heidegger argumenta que o Dasein é sempre "jogado" em um mundo, ou seja, a existência humana é determinada por um contexto histórico e cultural específico. O Dasein não é um sujeito isolado, mas está sempre em relação com o mundo e com os outros. Eis o que diz nosso pensador em uma das emblemáticas passagens de *Ser e tempo*:

Como modo de ser de um ente, o questionar dessa questão se acha essencialmente determinado pelo que nela se questiona – pelo ser. Designamos com o termo presença esse ente que cada um de nós mesmos sempre somos e que, entre outras coisas, possui em seu ser a possibilidade de questionar. A colocação explícita e transparente da questão sobre o sentido do ser requer uma explicação prévia e adequada de um ente (da presença) no tocante a seu ser.

Uma das principais características do Dasein é a sua projeção. Isso significa que o ser humano é essencialmente um ser que se projeta para o futuro,

sempre buscando significado e possibilidades em suas ações e decisões. Essa projeção é acompanhada por uma consciência da finitude da vida; o Dasein é um ser que está ciente de sua mortalidade. Essa consciência da morte, longe de ser algo puramente negativo, é uma força motivadora que impulsiona o Dasein a buscar autenticidade e a viver de maneira significativa.

Heidegger também enfatiza a importância da autenticidade na existência do Dasein. A autenticidade se refere à capacidade do indivíduo de se apropriar de sua própria vida e de suas escolhas, em oposição à tendência de se conformar às expectativas da sociedade e à vida cotidiana. Ele argumenta que, para viver de maneira autêntica, o Dasein deve reconhecer e aceitar sua própria finitude e a singularidade de sua situação existencial. Prossegue dizendo em *Ser e tempo*:

(..) desde Descartes e, sobretudo no idealismo germânico a constituição ontológica da pessoa, o ego, o sujeito, é determinado pelo modo da autoconsciência. Não é suficiente tomar a autoconsciência no sentido formal de reflexão sobre o ego. Ao invés disso, é necessário exibir as diversas formas do auto-entendimento do Dasein. Isto leva à descoberta que o auto-entendimento é sempre determinado pelo modo de ser do Dasein, pelo modo da autenticidade e inautenticidade da existência. Disto emerge a necessidade de colocar a questão na direção inversa. Não podemos definir a constituição ontológica do Dasein através da autoconsciência, mas, ao contrário, temos que clarificar as diversas possibilidades de auto-entendimento por meio de uma estrutura da existência adequadamente clarificada.

Em "Ser e Tempo", Heidegger também explora a relação entre o ser e o tempo. Ele argumenta que a compreensão do ser não pode ser dissociada da temporalidade. O Dasein existe em um continuum temporal, e sua compreensão do ser está sempre enraizada em uma experiência temporal. O tempo não é visto como uma simples sequência de momentos, mas como uma estrutura complexa que molda a maneira como o Dasein experimenta a vida.

Heidegger distingue entre tempo cronológico e tempo existencial. O tempo cronológico é a medida objetiva do tempo, enquanto o tempo existencial é a maneira subjetiva pela qual os indivíduos experimentam o tempo. A experiência existencial do tempo é moldada pela memória, antecipação e ação no presente. Essa compreensão da temporalidade é essencial para entender como o Dasein dá sentido à sua vida e às suas experiências.

A crítica de Heidegger à metafísica tradicional se estende a sua visão de que a filosofia ocidental, em sua busca por verdades universais e absolutas, desconsiderou a complexidade da existência humana e do ser. Ele critica a maneira como a filosofia se afastou das questões concretas da vida e se concentrou em abstrações que não conseguem capturar a realidade do Dasein. Argumenta a respeito da metafísica que:

A compreensão do ser forma o problema básico da metafísica como tal. O que significa "ser"? Esta é, simplesmente, a questão fundamental da filosofia. Não estamos aqui

apresentando a formulação do problema e sua “recuperação” em Ser e tempo. Nós queremos fazer uma apresentação externa de seus princípios gerais e assim fixar o “problema da transcendência”.

Heidegger propõe que, ao invés de tentar reduzir o ser a categorias ou definições fixas, devemos nos envolver em uma hermenêutica do ser, que implica uma interpretação contínua e contextual do ser. Essa abordagem hermenêutica se baseia na ideia de que o ser deve ser entendido em relação à vida humana e à experiência concreta.

"Ser e Tempo" teve um impacto profundo e duradouro na filosofia e em várias disciplinas, como psicologia, sociologia, teologia e estudos literários. A obra desafiou a visão cartesiana do sujeito e influenciou o existencialismo, a fenomenologia e até mesmo a psicologia humanista. Filósofos como Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty foram fortemente influenciados pelas ideias de Heidegger, particularmente no que diz respeito à existência e à subjetividade.

O conceito de Dasein, a ênfase na autenticidade e a análise da temporalidade abriram novas vias de exploração sobre a condição humana. O reconhecimento de que o ser humano é um ser em relação, sempre em interação com o mundo, continua a ressoar em debates contemporâneos sobre identidade, existência e significado.

A busca de Heidegger para entender o ser, enraizada na experiência humana e na temporalidade,

não apenas redefine a filosofia, mas também provoca uma reflexão profunda sobre o que significa ser humano em um mundo complexo e frequentemente alienante. O legado de Heidegger permanece relevante, instigando questões sobre a autenticidade, a temporalidade e o significado da vida que ainda ecoam na filosofia contemporânea.

5.3 - Existencialismo: Sartre, Camus e a Busca de Sentido

O existencialismo é um movimento filosófico que emergiu no século XX, enfatizando a liberdade individual, a escolha e a busca de significado em um mundo frequentemente indiferente e caótico. Esse movimento foi profundamente influenciado pelas experiências e reflexões de filósofos como Jean-Paul Sartre e Albert Camus, que exploraram questões existenciais e a condição humana em suas obras. Embora compartilhem algumas ideias fundamentais, Sartre e Camus apresentam visões distintas sobre a busca de sentido e a natureza da existência.

5.4 – Jean-Paul Sartre: Liberdade e Responsabilidade

O homem está condenado a ser livre.

Jean-Paul Sartre (1905-1980) é frequentemente considerado o principal representante do existencialismo. Em sua obra "O Ser e o Nada" (1943), Sartre propõe que "a existência precede a essência", o que significa que os seres humanos não têm uma natureza predeterminada. Em vez disso, eles são livres para criar sua própria essência por meio de suas escolhas e ações. Essa liberdade é, no entanto, acompanhada por uma pesada responsabilidade, já que cada indivíduo deve arcar com as consequências de suas decisões.

Com efeito, sou um existente que aprende sua liberdade através de seus atos; mas sou também um existente cuja existência individual e única temporaliza-se como liberdade [...] Assim, minha liberdade está perpetuamente em questão em meu ser; não se trata de uma qualidade sobreposta ou uma propriedade de minha natureza; é bem precisamente a textura de meu ser... (SARTRE, 1998, p. 542/543).

Sartre argumenta que a liberdade humana é uma característica fundamental do ser humano. No entanto, essa liberdade pode ser angustiante, uma vez que não há um guia externo para orientar nossas escolhas. A "mauvaise foi" ou "má-fé" é um conceito central em seu pensamento, referindo-se à tendência de fugir da responsabilidade e da liberdade ao se

conformar a normas sociais ou dogmas. Sartre desafia os indivíduos a aceitarem sua liberdade e a se comprometerem com suas escolhas, mesmo em face da incerteza e do absurdo.

O homem existe primeiro, se encontra, surge no mundo e se define em seguida. Se o homem na concepção do existencialismo não é definível, é porque ele não é, inicialmente, nada. Ele apenas será alguma coisa posteriormente, e será aquilo que ele se tornar. Assim, não há natureza humana, pois não há Deus para concebê-la. O homem é, não apenas como concebido, mas como ele se quer, e como se concebe a partir da existência, como se quer a partir desse elã de existir, o homem nada é além do que ele se faz. Esse é o primeiro princípio do existencialismo. (SARTRE, 2014b, p.19).

Uma das implicações mais fortes da filosofia de Sartre é que, se não há uma essência anterior que determine nossas ações, somos totalmente livres para escolher. No entanto, essa liberdade absoluta é ao mesmo tempo uma condenação, como ele diz: "*O homem está condenado a ser livre.*" Isso significa que, mesmo sem pedir, estamos forçados a fazer escolhas o tempo todo, e essas escolhas são acompanhadas por um peso moral. Não podemos nos esconder atrás de dogmas, tradições ou ordens externas para justificar o que fazemos. Agir sempre implica responsabilidade e a necessidade de dar sentido ao mundo a partir de si.

A realidade-humana é livre porque não é o bastante, porque está perpetuamente desprendida de si mesmo, e porque aquilo que foi está separado por um nada daquilo que é e daquilo que

será. E, por fim, porque seu próprio ser presente é nadificação na forma do 'reflexo-refletidor'. O homem é livre porque não é si mesmo, mas presença a si. O ser que é o que é não poderia ser livre. A liberdade é precisamente o nada que tendo sido no âmago do homem e obriga a realidade humana a fazer-se em vez de ser. (SARTRE, 1998, p. 545).

Em sua obra "A Náusea" (1938), Sartre explora a experiência da angústia existencial e a percepção do absurdo da vida. O protagonista, Roquentin, sente um profundo desconforto com a existência, levando-o a questionar o significado de sua vida e do mundo ao seu redor. Essa experiência da náusea é um despertar para a liberdade, uma percepção de que a vida não possui um significado inerente, mas que somos nós que devemos atribuir significado a ela.

É na angústia que o homem toma consciência de sua liberdade, ou, se se preferir, a angústia é o modo de ser da liberdade como consciência de ser; é na angústia que a liberdade está em seu ser colocando-se a si mesmo em questão. (SARTRE, 1998, p.72).

No período pós-Segunda Guerra Mundial, Sartre se envolveu profundamente na política, tornando-se um defensor do engajamento intelectual. Ele argumentava que, uma vez que somos livres e responsáveis por nossas escolhas, não podemos nos omitir diante das injustiças do mundo. Embora nunca tenha se filiado formalmente ao Partido Comunista, Sartre foi simpatizante do marxismo e defendeu ideias socialistas em sua obra. Ele via a filosofia existencialista e o marxismo como complementares: o

existencialismo lidava com a liberdade individual, enquanto o marxismo abordava as condições estruturais que limitam essa liberdade.

5.5 - Camus: O Absurdista

Antes, a questão era descobrir se a vida precisava de ter algum significado para ser vivida. Agora, ao contrário, ficou evidente que ela será vivida melhor se não tiver significado.

Albert Camus (1913-1960) é outra figura central no existencialismo, embora ele mesmo tenha rejeitado a etiqueta de "existencialista". Em suas obras, como "O Mito de Sísifo" (1942) e "A Peste" (1947), Camus explora a condição humana em face do absurdo, uma noção que se refere à tensão entre a busca humana por significado e a indiferença do universo.

O absurdo depende tanto do homem quanto do mundo. Por ora, é o único laço entre os dois. Ele os adere um ao outro como só o ódio pode juntar os seres. É tudo o que posso divisar claramente neste universo sem medida onde minha aventura se desenrola. Paremos por aqui. Se considero verdadeiro esse absurdo que rege minhas relações com a vida, se me deixo penetrar pelo sentimento que me invade diante do espetáculo do mundo, pela clarividência que me impõe a busca de uma ciência, devo sacrificar tudo a tais certezas e encará-las de frente para poder mantê-las. Sobretudo, devo pautar nelas minha conduta e persegui-las em todas as suas consequências. (CAMUS, 2010, p. 35)

Camus argumenta que, embora a vida possa ser desprovida de sentido objetivo, isso não significa que

devemos cair na desesperança ou no niilismo. Em vez disso, ele propõe uma abordagem de revolta e aceitação.

O absurdo nasce desse confronto entre o apelo humano e o silêncio irracional do mundo. Isto é o que não devemos esquecer. A isto é que devemos nos apegar, por que toda a consequência de uma vida pode nascer daí. O irracional, a nostalgia humana e o absurdo que surge de seu encontro, eis os três personagens do drama que deve necessariamente acabar com toda a lógica de que uma existência é capaz. (CAMUS 2010, p. 41)

O famoso mito de Sísifo, em que o personagem é condenado a rolar uma pedra montanha acima apenas para vê-la rolar de volta, serve como uma metáfora para a condição humana. Camus sugere que, assim como Sísifo, devemos encontrar significado em nossa luta e na própria experiência da vida, mesmo que essa luta seja absurda.

É durante esse regresso, essa pausa que Sísifo me interessa. Um rosto que padece tão perto das pedras já é pedra ele próprio! Vejo esse homem descendo com passos pesados e regulares de volta para o tormento cujo fim não conhecerá. Essa hora, que é como uma respiração e que se repete com tanta certeza quanto sua desgraça, essa hora é a da consciência. Em cada um desses instantes, quando ele abandona os cumes e mergulha pouco a pouco nas guaridas dos deuses, Sísifo é superior ao seu destino. É mais forte que sua rocha. (CAMUS, 2010, p. 139)

Camus também aborda a questão da solidariedade humana diante do absurdo. Em "A Peste", ele descreve a luta de uma cidade contra uma

epidemia e como as pessoas se unem em solidariedade, mostrando que mesmo em face da tragédia, a vida pode ser vivida com dignidade e humanidade.

A busca de sentido é uma das questões centrais do existencialismo. Para Sartre, esse sentido deve ser criado pelo indivíduo através de suas escolhas e ações. Ele enfatiza que a liberdade não é apenas um dado, mas um projeto que cada um deve assumir e realizar. Essa criação de sentido é uma responsabilidade que não pode ser delegada a instituições, ideologias ou qualquer autoridade externa. Sartre se opõe à ideia de que a vida tem um significado dado, defendendo que cada pessoa deve descobrir seu próprio caminho e seus próprios valores.

Camus, por outro lado, parte do reconhecimento do absurdo da condição humana e sugere que a vida pode ser vivida plenamente, mesmo sem um sentido transcendente. Para ele, a busca por significado deve ser acompanhada pela aceitação do absurdo. Essa aceitação não é passividade, mas sim uma forma de revolta, onde o indivíduo reconhece a falta de sentido e ainda assim escolhe viver com autenticidade e coragem

O sentimento do absurdo não é, portanto, a noção do absurdo. Ele a funda, simplesmente. Não se resume a ela, exceto no breve instante em que aponta seu juízo em direção ao universo. Depois só lhe resta ir mais longe. Está vivo, o que significa que deve morrer ou repercutir mais adiante. (CAMUS, 2010, p. 43)

Tanto Sartre quanto Camus reconhecem que a busca por sentido é frequentemente marcada pela angústia e pelo desespero. No entanto, eles oferecem caminhos diferentes para lidar com essa condição. Sartre enfatiza a liberdade e a responsabilidade que vêm com a criação de significado, enquanto Camus propõe que a aceitação do absurdo pode levar a uma vida plena e significativa.

[...] o absurdo só morre quando viramos as costas para ele. Por isso, uma das poucas posturas filosóficas coerentes é a revolta, o confronto perpétuo do homem com sua própria escuridão. Ela é a exigência de uma transparência impossível e questiona o mundo a cada segundo. Assim como o perigo proporciona ao homem uma oportunidade insubstituível de captá-la, também a revolta metafísica estende a consciência ao longo de toda a experiência. Ela é a presença constante do homem diante de si mesmo. Não é aspiração, porque não tem esperança. Essa revolta é apenas a certeza de um destino esmagador, sem a resignação que deveria acompanhá-la. (CAMUS, 2010, p. 66)

O existencialismo também engendra uma crítica à sociedade moderna e à alienação do indivíduo. Sartre e Camus desafiam a conformidade e as normas sociais que podem sufocar a autenticidade e a liberdade. Ambos defendem que a verdadeira condição humana é uma luta constante, onde o indivíduo deve encontrar seu próprio caminho em um mundo que muitas vezes parece desprovido de sentido.

Acordar, bonde, quatro horas no escritório ou na fábrica,
almoço, bonde, quatro horas de trabalho, jantar, sono e

segunda, terça, quarta, quinta, sexta e sábado no mesmo ritmo, um percurso que transcorre sem problemas a maior parte do tempo. Um belo dia surge o porquê e tudo começa a entrar numa lassidão tingida de assombro. (CAMUS, 2010, p. 27)

Este coração que há em mim, posso senti-lo e julgo que ele existe. O mundo posso tocá-lo e também julgo que ele existe. Aí se detém toda a minha ciência, o resto é construção. Pois quando tento captar este eu no qual me asseguro, quando tento defini-lo e resumi-lo, ele é apenas água que escorre entre meus dedos. Posso desenhar, um por um, todos os rostos que ele costuma assumir. Todos também que lhe foram dados, esta educação, esta origem, este ardor ou estes silêncios, esta grandeza ou esta baixaza. Mas não se somam os rostos: este coração que é o meu permanecerá indefinível para sempre. O fosso entre a certeza que tenho da minha existência e o conteúdo que tento dar a esta segurança jamais será superado. Para sempre serei estranho a mim mesmo. (CAMUS, 2010, p. 33)

O existencialismo deixou uma marca indelével na filosofia, na literatura e nas ciências sociais. A busca de sentido, a liberdade e a responsabilidade pessoal continuam a ser temas relevantes nas discussões contemporâneas sobre a condição humana. As ideias de Sartre e Camus influenciaram não apenas outros filósofos, mas também escritores, psicólogos e artistas que exploraram a complexidade da experiência humana.

A literatura existencialista, com sua ênfase na subjetividade e na interioridade, continua a ressoar com leitores que buscam entender suas próprias vidas em um mundo frequentemente caótico. Autores como Franz Kafka, Virginia Woolf e Samuel Beckett

incorporaram temas existencialistas em suas obras, refletindo as lutas e as tensões da condição humana.

O existencialismo, com suas raízes na liberdade, na responsabilidade e na busca de sentido, é um movimento que desafia as convenções e convida à reflexão profunda sobre a vida. Através das contribuições de Jean-Paul Sartre e Albert Camus, esse movimento filosófico destaca a importância da individualidade, da escolha e da luta diante do absurdo. Em um mundo em constante mudança, as questões existenciais permanecem relevantes, incentivando-nos a examinar nossas próprias vidas, escolhas e a busca de significado em um universo muitas vezes indiferente.

Conclusão

O universo da filosofia não se limita por si. O conhecimento filosófico é vasto, abrangente, diverso e desafiador. Quando pensamos que estamos chegando ao fim de uma teoria, de uma linha de pensamento, de algum filósofo específico, a filosofia se recria e mostra novas facetas, novos modos de desenvolver-se, novas áreas distintas a permear através da análise investigativa do conhecimento, uma ferramenta que somente a filosofia é capaz de proporcionar.

Não devemos pensar que a filosofia, ou melhor, que o ato de filosofar se restringe ao ato de tornar um comentador, de sermos especialistas em um pensador x ou y, de nos limitar a uma visão de mundo que, originalmente, nem é própria de nossa realidade. Pense nos filósofos como importantes auxiliares do saber, onde suas teorias e bases argumentativas revolucionaram a sua época, seu cenário e continuam impactando culturas e povos. Todavia, ouse, por si, pensar. Filosofar é pensar sua época, olhar para o mundo que nos rodeia e, se possível, questionar como Descartes, reduzir a realidade a dúvida do “será isto real ou estou sendo enganado?”

Filosofar é um processo de formação, atingir as bases educacionais com profundidade crítica,

superando o mero acúmulo de informações e promovendo a transformação do modo como compreendemos a nós mesmos e o mundo. A filosofia é, portanto, uma prática contínua de autoconhecimento e de enfrentamento das incertezas, uma construção constante que nos permite caminhar entre certezas temporárias e dúvidas essenciais, sem jamais nos acomodarmos em respostas prontas.

O ato de filosofar exige coragem, pois implica revisar valores e conceitos que muitas vezes tomamos como inquestionáveis. Assim como Sócrates inquietava seus interlocutores nas praças de Atenas, a filosofia nos desafia a abandonar as certezas cômodas e a nos engajar em reflexões profundas. Esse movimento não deve ser visto como um fardo, mas como uma oportunidade de amadurecimento e autonomia. É na liberdade de questionar que encontramos a verdadeira essência do saber.

Não basta apenas compreender o legado dos filósofos do passado; é necessário trazer esse legado para o presente e aplicá-lo aos problemas contemporâneos. Como Kant nos ensinou, o esclarecimento é um processo de emancipação do pensamento, onde cada indivíduo deve se esforçar para pensar por si mesmo e contribuir para uma sociedade mais justa e consciente.

Portanto, ao concluir esta obra, o leitor é convidado a continuar essa jornada. A filosofia não termina nas páginas de um livro; ela se estende para além dele, para o cotidiano, para as relações humanas

e para os dilemas sociais. Que este pequeno guia seja apenas o início de um caminho maior, onde o pensar nunca se esgota e cada nova pergunta seja uma possibilidade de recomeço. Filosofar é, enfim, um chamado à ação: um convite para olhar para o mundo com olhos críticos e inquietos, questionar o que parece imutável e imaginar futuros que ainda não se concretizaram.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. História da filosofia. v. 9. 3. ed. Lisboa: Presença, 1983.

AQUINO, Tomás de. Suma Teológica. Edição Loyola. São Paulo: Loyola, 2001. v. 2.

BENSUAN, Hilan; ANTUNES, Ferreira; LEONEL, Luciana. Héraclito: Exercícios de anarqueologia. Brasília: Ideias & Letras, 2011.

CAMUS, Albert. A inteligência e o cadafalso. Rio de Janeiro: Record, 2010.

DESCARTES, René. Discurso do método, Meditações, Objeções e Respostas, As paixões da alma, Cartas. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Enciclopédia das Ciências Filosóficas: A filosofia do espírito. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. v. 3.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Universitária São Francisco, 2015. (Coleção Pensamento Humano).

HUME, David. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 2003.

HUME, David. Tratado da Natureza Humana. Tradução de Deborah Danowski. São Paulo: Unesp, 2000.

JÚNIOR, Márcio Meirelles Gouvêa. Confissões de Santo Agostinho. São Paulo: Autêntica, 2023.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Universitária São Francisco, 2015. (Coleção Pensamento Humano).

LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano. Tradução de Anoar Aiex. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Volume 1, livro primeiro: O processo de produção do capital, tomo 1 (prefácios e capítulos i a xii). Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. 1. ed. São Paulo: Lafonte, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. Ecce Homo: De como a gente se torna o que a gente é. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2003.

OS PRÉ-SOCRÁTICOS. Os pré-socráticos. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores). Disponível em: <<https://blogdocafil.wordpress>.

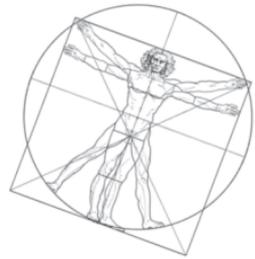
com/wp-content/uploads/2009/04/os-pre-socraticos-colecao-os-pensadorespdfrev.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

SANTOS, José Gabriel Trindade. Parmênides: Da Natureza. São Paulo: Loyola, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Petrópolis: Vozes, 2014.

SARTRE, Jean-Paul. O ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SILVA, F. A. A revolução copernicana na filosofia de Kant: breves considerações a partir do Prefácio da segunda edição da Crítica da razão pura. Enciclopédia: Revista de Filosofia, v. 6, p. 22-35, 2016.



Introdução à Sabedoria: Um Pequeno Guia Filosófico apresenta a evolução da filosofia ocidental, dos Pré-Socráticos à contemporaneidade. Explora conceitos centrais dos pensadores de cada época, destacando a relação entre razão, dúvida e conhecimento. O livro busca introduzir o leitor ao pensamento crítico e reflexivo. Conecta filosofia e vida prática, incentivando a busca pelo saber filosófico.



ISBN 978-65-265-1790-1



9 786526 4517901 >